

# TOGA<sup>e</sup> literatura

Revista cultural da Amapá  
Dezembro 2020 - #17



Artigos  
Crônicas  
Músicas  
Pinturas  
Poesias



## Episódios curiosos

Comarcas com  
nomes próprios  
e originais

Uma única palavra organiza nossa memória e nos remete a uma rede de emoções. Existem boas e más palavras, as arcaicas, as modernas, os neologismos, as de uso corrente. Podem ter até a mesma grafia, o mesmo som, mas exercem no ouvinte uma sensação única, diferente, jamais igual. Cada uma se apresenta de modo peculiar, incomum. Dois sons podem produzir uma nova palavra que, de tão repetida, passa a formar uma terceira e, às vezes, nominar uma cidade. As palavras são passageiras, provisórias, porque a vida é ativa, modifica-se e se renova. Os nomes próprios são permanentes e quando nominam uma cidade, tornam-se eternos. Os de algumas comarcas são comentados em artigo desta edição.

Contamos, honrosamente, com a participação do presidente do TJPR, Adalberto Jorge Xisto Pereira, magistrado estudioso e sensível, que encerra sua gestão frente a este sodalício.

Vale a referência ao denominado Centro Judiciário de Curitiba ministra Denise Martins Arruda, desembargadora paranaense, exemplo de lucidez e de idealismo no enfrentamento das dificuldades de seu tempo. O local abrigou a Prisão Provisória do Ahu e, hoje, sedia os Juizados Especiais e Varas Criminais do Fórum Regional de Curitiba. E há um museu, um lugar de memória, dedicado ao juiz de direito Aldo Fernandes.

Maria Aparecida, magistrada antiga, expõe com coragem, lucidez e segurança sobre a Comissão da Verdade e o Sistema da Justiça Paranaense, durante trágico período, onde as garantias individuais foram violadas e o cidadão, constrangido.

Comemoramos o centenário de nascimento de três magistrados, Marino, Zeferino e Meger. A carreira de cada um deles se confunde com a de outros juízes. Trabalho diuturno, sentenças, despachos, prazos, antiguidade, merecimento, preterição, remoção, promoção, uma epopeia repleta de palavras e uma infinidade de sentimentos. Apesar das inovações e renovações profissionais, o antigo é semelhante ao atual caminho trilhado pelos juízes, como expõe Rogério Ribas, prestigiado e operoso magistrado.

O Núcleo de Londrina da Escola da Magistratura do Paraná atinge 32 anos de idade. A saudação é do Miguel Bompeixe, que narra as eficientes iniciativas que concorreram para a criação e manutenção daquele estabelecimento.

A Sede Esportiva Zeferino Mozzato Krukoski completa 45 anos. Palco de embates sobre a área doada, vencidas com esforço e persistência desde o tempo do des. Zeferino. Hoje, urbanizada, abriga um verdadeiro clube de campo. Ali, desde 2005, está sediado o Sersocial, programa de responsabilidade social mantido pela Amapar, oferecendo reforço para a estrutura familiar e oficinas de direito e cidadania, supervisionado por juízes.

A Praça 19 de Dezembro, texto de autoria de Rafael Stankvecz, lembra os 167 anos de emancipação política do Paraná.

Nossa diretora Marília Viel retrata seu marido Luiz Viel. Carla Yassim relembra o pai, o juiz-poeta Assad Amadeo. Igualmente, Áurea Bruel, filha do colega Gil, descreve a carreira do pai, empenhado que foi na concretização do Museu da Justiça e participante vitorioso de demandas da Associação.

Reitero o meu muito obrigada aos funcionários da Amapar e da Judicemed, pela pronta colaboração. E, em especial, ao jornalista Rômulo Cardoso, a Ibramar Pinto Socrepa e Darbi Wolf, ambos do Museu da Justiça, pelo incentivo e eficiente contribuição.

**Chloris Elaine Justen de Oliveira** ✍  
**Editora**



## EXPEDIENTE

### TOGA E LITERATURA

**Caderno Cultural da Associação dos Magistrados do Paraná**  
 Fundada em 18 de fevereiro de 2008 – Resolução N.º 67/2008

**Presidente da Amapar:** Geraldo Dutra de Andrade Neto • **Diretora do Departamento de Memória e Arquivo e Editora:** Chloris Elaine Justen de Oliveira • **Jornalista Responsável:** Marco Medeiros - Drt/PR 3364  
 • **Edição, projeto e produção gráfica:** M.Medeiros - Editora e Comunicação Ltda. • **Revisão:** Danda Coelho • **Tiragem:** 1.500 exemplares • **Colaboração:** Rômulo Cardoso, Darbi Wolf, Alessandra Scremin, Leydiane Loiola, Irineu Włodarczyk, Andressa Fronteck, Luisa Burim e Jeremy Wu • **Fotos:** Arquivo Pessoal.

**Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar**  
 Rua Alberto Folloni, 541/543 - Juvevê - 80.540-000 - Curitiba - PR -  
 Telefones: (41) 3017-1600 e 3017-1601.

A Revista **Toga e Literatura** não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização de seus editores.



Há um ano ninguém poderia prever todas as dificuldades e tribulações pelas quais passamos no Brasil e no mundo em decorrência da pandemia de COVID-19.

A intensa globalização permitiu que o vírus se espalhasse de forma rápida e inevitável, com impacto no dia a dia de bilhões de pessoas e centenas de milhares de vítimas em todos os cantos do planeta.

Ainda vivemos esta realidade neste final de 2020. Nos acostumamos a uma forma de relacionamento distinta, fomos obrigados a nos afastar uns dos outros para a nossa própria preservação e a de terceiros. Sentimos ou redescobrimos como fazem falta a família, o amigo, a conversa, o aperto de mão, o abraço.

Como todos, fomos atingidos por perdas de pessoas queridas no Judiciário do Paraná ou nas nossas relações próximas, o que nos escancarou a brevidade da vida e a necessidade de valorizar o essencial.

A magistratura paranaense se adaptou com desenvoltura às novas condições. Por meio de eficientes medidas tomadas pelo Tribunal de Justiça para garantir a segurança e a saúde de magistrados e de servidores, fomos capazes de manter um acelerado ritmo de trabalho, com utilização de modernas ferramentas tecnológicas para continuar a atuação jurisdicional nos processos judiciais, audiências e sessões.

Juízes, Juízas, Desembargadoras e Desembargadores foram responsáveis por mais de 5 milhões de despachos, decisões, sentenças e acórdãos desde o início das medidas para contenção da pandemia em março.

De extrema relevância foi o fato de 100% dos processos em trâmite estarem incluídos no nosso sistema de processos virtuais, o que demonstra o acerto da atual gestão do Tribunal, e das anteriores, que apostaram na implementação gradual do Projudi em todas as comarcas do Estado e em todas as câmaras do Tribunal.

A Amapar, a Judicemed e a Emap permaneceram em alerta constante para apoiar todos os associados e os beneficiários em tudo o que se mostrou possível e permanecemos em contato constante com os nossos associados com o objetivo de dar algum auxílio, por menor que fosse, e que facilitasse a adaptação à nova situação vivenciada.

Manter as atividades e a contínua consecução dos nossos objetivos é sempre uma prioridade e a edição de mais uma revista TOGA e LITERATURA faz parte disso. Agradeço imensamente à nossa diretora de Arquivo e Memória, Chloris Elaine Justen de Oliveira, por todo o trabalho desenvolvido. Nosso agradecimento, ainda, aos associados que colaboraram com artigos.

Sabemos que a globalização facilita a circulação do vírus, mas ela também permite a rápida troca de informações e de tecnologias que possibilitam a contenção do número de mortos e a disseminação das novas formas de tratamento.

Aguardamos agora essa mesma globalização anunciar o desenvolvimento de vacinas eficazes para podermos deixar esta pandemia no passado e irmos para um futuro que, se não igual ao que conhecíamos, possibilite o retorno do aperto de mão, do abraço apertado e daquilo que nos faz mais humanos, a nossa união.

Um fraterno abraço a todos,

**Geraldo Dutra de Andrade Neto**  
Presidente da AMAPAR



## Homenagem



Cumprimentos ao juiz de direito substituto da 7ª Vara Cível de Curitiba, Lucas Cavalcanti da Silva, vencedor do 1º Concurso de Artigos Científicos do Centro de Pesquisas Judiciais, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileira, com o tema *'Quem somos e os precedentes que queremos: em busca da coerência, segurança jurídica e fortalecimento das instituições, sob a ótica de Neil Macormick'* e receberá o Prêmio Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.



**10**  
PRAÇA 19 DE  
DEZEMBRO



**14**  
30 ANOS DE  
MAGISTRATURA



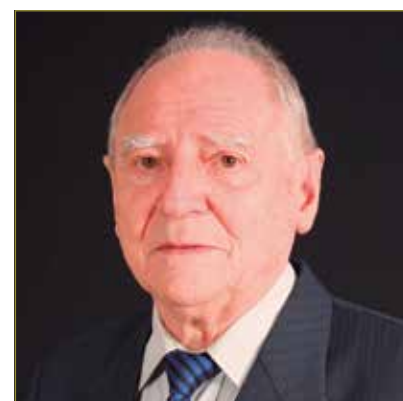
**30**  
MUSEU DA JUSTIÇA



**16**  
JUIZ-POETA



**20**  
CONQUISTA DA  
COMUNIDADE



**36**  
DESTAQUE  
E ATUAÇÃO

# ÍNDICE



**38**

MEMÓRIA  
E JUSTIÇA



**48**

CENTRO JUDICIÁRIO  
DE CURITIBA



**52**

UM ADMIRÁVEL  
MUNDO NOVO

**56**

A FRENTE DE  
SEU TEMPO



**65**

## *Episódios curiosos*

*Comarcas com nomes  
próprios e originais*



Presidentes da Associação dos  
Magistrados do Paraná .....6

Centenários:  
Marino, Zeferino e Meger.....61

Primeiro de Maio .....62



# AMAPAR

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA E ARQUIVO

Vinte e três magistrados presidiram a Amapar desde 1957, em gestão de dois anos de duração. Seis magistrados cumpriram mais de uma gestão.

63 anos inspirados em ideais liberais e empreendimentos concretos.

Líderes, intelectuais, utilizaram métodos inovadores e habilmente alinharam o saber à modernidade do seu tempo.

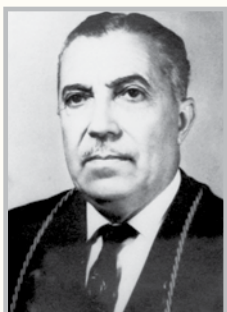
Visionários, empreendedores, superaram preconceitos, preservaram a história, expandiram o patrimônio, modernizaram programas de incentivo à saúde, às práticas esportivas, promoveram metodologias pedagógicas, publicando boletins, revistas e periódicos, expandidos nos meios de comunicação, através de programas de rádio, internet. Imprimiram credibilidade e estabeleceram condutas, procurando eliminar conflitos. Alguns sofreram sérios prejuízos na saúde, mesmo assim prosseguiram, cumprindo a programação associativa.

# Presidentes da Associação dos Magistrados do Paraná



**Alceste Ribas de Macedo** exerceu notável liderança, visando o prestígio e o entrosamento do juiz e da magistratura, nome da Medalha de Mérito da Amapar, agraciado com a Ordem do Mérito da República do Paraguai.

**Segismundo Gradowski** organizou e fez aprovar lei estadual e municipal tornando a Associação de utilidade pública, procurando harmonia entre os membros do Judiciário.



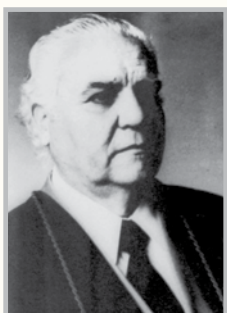
**Antônio Franco** foi reconduzido unanimemente, promoveu o fortalecimento da família judiciária paranaense e foi aclamado Líder da Magistratura Brasileira.

**Mercer Júnior**, único presidente advindo do quinto constitucional, organizou um sistema de atendimento à saúde, precursor da Judicemed, instalou a entidade nas dependências do TJPR, reeleito para outra gestão, recebeu a comenda de Patrono das Associações de Magistrados Brasileiros.



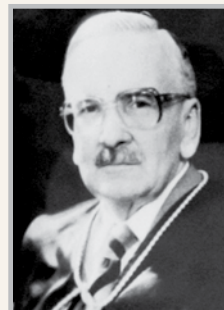
**Marino Braga** promoveu encontros culturais, congressos estaduais, renovou a Revista Judiciária do Paraná, Fase II, enfrentando com galhardia um traumático período político.

**Renato Pedroso** cumpriu cinco mandatos em ocasiões diversas, impulsionou a vida associativa, instituiu o oferecimento da toga a todos os magistrados, antecipou em um ano o seu mandato para que as eleições do Tribunal e da Associação não fossem coincidentes, recebeu a Medalha de Mérito Judiciário. Condecorado com a Medalha de Mérito Amapar.



**Aurélio Feijó** faleceu prematuramente, deixando o mandato incompleto.

**Jorge Andrigueto** resguardou a harmonia e a independência do Judiciário paranaense, concorrendo para boas relações entre os poderes, agraciado com a Cruz do Mérito Judiciário.





**Lauro Lopes** criou a Mútua Judiciária, instalou a Escola da Magistratura do Paraná, um programa de Racionalização dos Serviços Judiciários, recebeu a Medalha de Mérito Judiciário.

**Xavier Neto** impôs novos rumos à magistratura paranaense com inovadoras medidas, instalou as coordenadorias regionais, promoveu cursos e estágios no exterior para os juízes, prestigiou as viúvas, editou a revista Novos Rumos, reelegeu-se para novo mandato, condecorado com a Medalha de Mérito Amapar, do Tribunal de Justiça do Maranhão, prêmio Cidade de Curitiba, o título de Benemérito da AMB e eleito presidente da AMB.



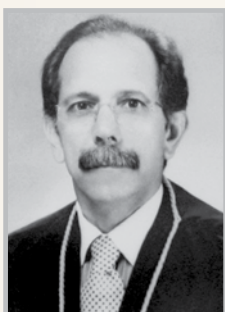
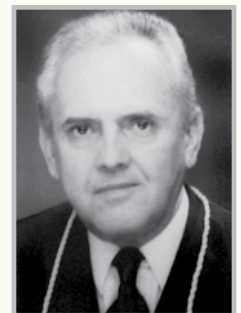
**Luiz César** com equilíbrio enfrentou a mais grave e extensa crise política, culminado com a paralisação da magistratura, manteve a Associação em assembleia permanente, assegurando-lhe a credibilidade de princípios e a autonomia do juiz, recebeu a Comenda Amapar.

**Sidney Mora** supervisionou todas as reformas e novas construções nos edifícios da Associação, especialmente o segundo bloco da Colônia de Férias de Guaratuba, condecorado com a Medalha de Mérito Amapar.



**Guilherme Gomes** estreitou laços entre os juízes ibero-americanos, presidiu o Congresso do Mercosul, coordenou os projetos Bem Viver e Cegonha, mantidos até hoje, ampliou as dependências das sedes da Associação, recebeu a Comenda e a Medalha de Mérito Amapar.

**Ruy Fernando** estabeleceu diálogos com o governo estadual, participou de reuniões sobre reformas constitucionais e administrativas, assegurando o respeito ao magistrado e à magistratura, aprimorou a metodologia da Emap, organizando congressos jurídicos nas sedes das coordenadorias, condecorado com a Medalha de Mérito Amapar e a Comenda Amapar.



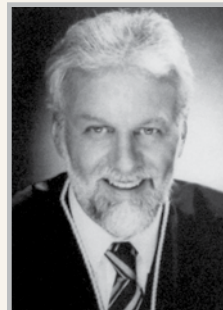
**Jorge Massad** promoveu a transformação digital na Amapar e na Judicemed, efetivou a exclusividade da sede da Emap, aprovou o regulamento da Judicemed, promoveu a I Olimpíada Estadual da Magistratura, instituiu a bandeira e a nova sigla da Amapar.

**Roberto Portugal**, o mais jovem eleito, criou o programa Justiça se Aprende na Escola, estendido em todo o território nacional, fez imprimir uma coleção de gibis educativos, presidiu doze seminários regionais e congressos de Direito Civil e de Direito Ambiental.

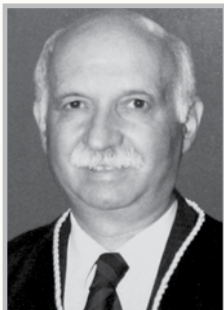




**Gilberto Ferreira** criou e estruturou o Sersocial, criou o programa de rádio Justiça para Todos, estruturou o Departamento de Comunicação, a revista Novos Rumos, publicou a Revista Judiciária do Paraná, Fase III, impulsionou a prática esportiva, estabeleceu convênio com a Unimed, criou o Conselho Gestor, realizou congressos nacionais, promoveu ações para fixação de teto salarial.



**Paulo Vasconcelos** adquiriu o terreno da Rua Alberto Foloni, 541, atual sede da Amapar, organizou encontros e congressos de magistrados, regularizou a Judicimed junto à ANS dando estrutura e personalidade jurídica ao plano.



**Miguel Kfour** renovou os departamentos da Amapar, promoveu a campanha Mude um Destino, criou a Medalha de Mérito Amapar, a revista Toga e Literatura e concurso de sentenças. Construiu as sedes de Ponta Grossa, o ginásio de esportes na sede de Piraquara. Sempre presente na imprensa, ampliou a viés formador de opinião na revista Novos Rumos.



**Gil Guerra** instalou programa estadual de divulgação nos órgãos de imprensa - Amapar Forte e de Olhos Abertos, Bom Remédio, Luto, reorganizando os existentes Bem Viver, Cegonha, campanhas de vacinação e criou a honorífica Medalha Alceste Ribas de Macedo.



**Fernando Ganem** fez valer as prerrogativas da magistratura, concorrendo para a criação de mais uma entrância na carreira, formada por juízes substitutos de 2º grau. Regulamentou a Mútua Judiciária. Publicou o primeiro número da revista de Responsabilidade Social e um sítio na internet, exclusivos para divulgação de Boas Práticas. Reformas, melhorias e manutenção nas sedes da Amapar.



**Frederico Mendes Júnior** inaugurou o Edifício Francisco de Paula Xavier Neto, sede da Amapar-Judicimed. Promoveu reformas econômica e estrutural na Emap, a regularização do plantão judiciário, campanha para reingresso na Associação, envio diário de boletins eletrônicos, sediou encontro da União Internacional de Magistrados, participou de audiências no CNJ reivindicando melhor estrutura para o juiz de 1º grau.



**Geraldo Dutra** em sua gestão consolidou-se a efetivação de 752 cargos para o 1º grau, ampliou as redes sociais. Atuação determinante na Covid-19, ao divulgar o trabalho e a alta produtividade dos juízes. A Emap teve número recorde de cursos. Ampliação da licença-maternidade para magistradas. Ampliação do Sersocial. Publicação de duas edições anuais da revista judiciária. No departamento de relações internacionais, fez vários sorteios para magistrados participarem de cursos nos EUA e Europa. Estudos e esclarecimento aos associados sobre os impactos da reforma da previdência.



# Praça 19 de Dezembro

*167 anos de emancipação  
política do Paraná*

**Por Rafael Velloso Stankevecz**

No ano de 1953, o governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Netto, em comemoração ao Centenário da Emancipação Política do Estado do Paraná, inaugurou o conjunto predial do Centro Cívico, importantes obras na capital e no interior e a Praça 19 de Dezembro, concretizando antiga proposta. Para embelezar a praça mandou vir de Prudentópolis duas enormes pedras de granito. Contratou os escultores Erbo Stenzel e Humberto Cozzo para confeccionarem uma obra que significasse o homem paranaense.

Erbo Stenzel, em entrevista, em 1972, descreveu tal contratação.

*“Fomos convidados pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto para fazer um trabalho que destacasse o Paraná entre os outros estados brasileiros. Devido à impossibilidade de concretizarmos esta intenção, num só trabalho que reuniria todos os territórios, chegamos à conclusão de que estas duas figuras humanas assim o fariam. O homem, que a princípio eu projetara inclinado para frente, dando a impressão de que estava correndo, e a mulher, que representaria a Justiça, fugindo dos padrões normais, isto é, sem venda nos olhos, balança ou longo vestido”.  
Jornal Diário da Tarde, 04/09/1972.*

Esse conjunto, o Centro Cívico e a Praça, fazia parte do Plano de Desenvolvimento Urbano do eng. Agache, criado na década de 1940. Benfeitorias e embelezamentos deviam

**Estátuas do Homem Nu e Mulher Nua, além do obelisco, atualmente na Praça 19 de Dezembro, em Curitiba. Ao fundo o painel de granito. Centenário da Emancipação Política.**



indicar o progresso de Curitiba, esta, a temática daquele logradouro.

Na data da comemoração do Centenário da Emancipação Política do Estado, o Centro Cívico e o Palácio Iguazu não estavam inteiramente prontos. A estátua do Homem Nu, que deveria ficar no Palácio do Governo, foi levada para a Praça 19 de Dezembro, remodelada para a ocasião e colocada onde antes havia um colégio. O nome da praça faz referência à chegada de Zacarias de Goes e Vasconcelos para presidir a Província do Paraná. As comemorações do Centenário de Emancipação Política do Paraná ocorreram na data escolhida por seus organizadores, 19 de dezembro. Enfim, a praça é um marco do Centenário e abriga, além das duas

estátuas, um obelisco e um belo e longo painel de granito. Executado em relevo pelos mesmos escultores, numa face representa os ciclos econômicos do Paraná, na face oposta um painel de Poty, em azulejos coloridos. O obelisco de concreto armado mede 30 metros de altura e foi inspirado no Washington Monument.

A estátua da Mulher Nua fora destinada ao Palácio da Justiça, na ocasião ainda em construção. O Palácio de Justiça mudou-se, precariamente, para aquele prédio, dez anos após, em 1963.

O escultor Erbo Stenzel, na mesma entrevista, relata que houve manifestação de alguns membros do Poder Judiciário contra a posição da estátua em área externa, refletindo

o conservadorismo da época. Por isso, a escultura da Mulher Nua foi instalada no jardim interno do Palácio Iguçu, onde havia espaço suficiente, e ali ficou por 19 anos.

Em 1972, o prefeito Jaime Lerner, através de lei de zoneamento, produziu alterações e modificações na cidade, visando melhorias no trânsito e nos meios de comunicação. Na remodelação da Praça 19 de Dezembro, a Mulher Nua foi trazida para completar o conjunto e acabar com a solidão do Homem Nu.

Na ocasião, Erbo Stenzel, em entrevista de 1972, disse o seguinte:

*“Ela não tem nada a ver com o homem, destinando-se simplesmente ao Tribunal de Justiça. Quem a levou para ali, próxima do homem, não tem golpe de vista: a figura da mulher é bem menor do que a do homem, que possui altura superior de mais de cinco metros. Talvez mais longe, em cima do gramado, em posição mais alta, mas nunca ao lado do homem”. Jornal Diário da Tarde, 04/09/1972.*

#### Referências

- Jornal Diário da Tarde, 04/09/1972, pg. 3.  
<http://www.fotografandocuritiba.com.br/2015/09/estatua-da-mulher-nua.html>  
<http://www.paranaeducativa.pr.gov.br/2016/06/3944/Praca-19-de-dezembro-reserva-muitas-curiosidades.html>  
<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/nostalgia/cidadao-alerta-ddw4ynd0517g-tnr19t6l19d1q/>  
<https://www.centrohistoricodecuritiba.com.br/2014/02/11/praca-19-de-dezembro-2/>  
<http://www.arte.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=123>  
<https://www.memoriaurbana.com.br/edificios-publicos-de-curitiba/centro-civico-de-curitiba/>

Transporte da Mulher Nua para a Praça 19 de Dezembro, em 30/08/1972 – Acervo Gazeta do Povo/ Coluna Nostalgia, Cid Destefani.



## Humberto Cozzo

\*1900+1981

Nasceu em Curitiba e faleceu no Rio de Janeiro. Escultor premiado em salões nacionais, participou da seleção e escolha de obras destinadas a logradouros públicos da Capital. Algumas delas enfeitam praças e edifícios no país. É de sua autoria a obra, em pedra sabão, sobre o Edifício dos Expedicionários, em Curitiba.

## Erbo Stenzel

\*1911+1980

Nasceu em Paranaguá e faleceu em Curitiba. Artista plástico e escultor, Stenzel é responsável por inúmeros monumentos e bustos de personalidades políticas paranaenses. É sua a obra Água para o Morro, na entrada do Museu Municipal, na Praça Generoso Marques. Stenzel era, também, um renomado jogador de xadrez. Poliglota, falava alemão e estudava grego, árabe, inglês, espanhol e esperanto.



## Napoleon Potyguara Lazzarotto

\*1924 + 1998

Nasceu e morreu em Curitiba. Pintor, gravador e ilustrador das obras literárias de Guimarães Rosa, Mário Palmério, Alcântara Machado, Hermann Melville, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Dalton Trevisan, José Cadilhe, Gilberto Freyre, Tchekov, Gorki, José Cândido de Carvalho. Executou murais e painéis com motivos curitibanos e paranaenses. É autor do frontal do Teatro Guaíra, de painéis de azulejo do Hospital das Clínicas do Paraná, do Palácio Iguaçu, da Assembleia Legislativa, da Praça 19 de Dezembro, do Aeroporto Afonso Pena, do Mercado Municipal, em Curitiba, da Casa do Brasil, em Paris, do Memorial da América Latina, em São Paulo. Na parede de entrada do Edifício Anexo ao Palácio da Justiça do Paraná está obra artística que identifica o bebedouro central da cidade e a mulher imigrante com o filho na boleia da carroça. No Museu Oscar Niemayer, o auditório recebe seu nome e, no Parque Tanguá, há o Jardim Poty.



## Rafael Velloso Stankevecz

Filho de Elói Stankevecz e Ana Velloso Rodrigues Stankevecz, nascido em Curitiba, em 22 de agosto de 1980.

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2002), especialização em Justiça Européia em Direitos do Homem pela Faculdade de Direito de Coimbra (2008) e especialização em Direito Prático Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná (2003). Atualmente é mestrando em Direito Empresarial e Cidadania, pela UniCuritiba - Centro Universitário Curitiba (2020).

Judicou nas comarcas de Guaíra (Juiz Substituto), Alto Piquiri, Cruzeiro do Oeste, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Cascavel e atualmente exerce seu cargo no Juizado Especial de Piraquara. ✍️

# 30 anos de Magistratura

**Por Rogério Ribas**

Sou da turma do concurso de juiz substituto de 1990, ao lado do atual presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, do 1º vice-presidente, desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, e de vários outros colegas juízes e alguns já desembargadores que abrilhantaram a magistratura nesses 30 anos comemorados em junho de 2020.

Naquela época em que iniciamos na carreira os tempos eram bem diferentes. As comunicações eram só telefônicas. Não havia sequer fac-símile (nossos filhos nem sabem o que é isso). Quando necessária uma comunicação urgente, principalmente na época

de eleições, usávamos o Telex da agência do Banco do Brasil.

Comprávamos livros dos vendedores que iam de fórum em fórum, com o porta-malas do carro cheio de “novidades”.

E assim as coisas foram evoluindo.

Depois das máquinas elétricas vieram as eletrônicas, mais modernas, com memória para textos curtos. Algumas tinham até visor. E aí o computador apareceu!

Essa máquina maravilhosa mudou o Poder Judiciário e seus serviços, permitindo que editássemos as sentenças a partir de um banco de dados pessoal. Não havia mais problema para corrigir eventuais erros de redação. Com a chegada do sistema Windows, então, foi o paraíso.



De lá para cá o Judiciário sofreu enorme transformação. Hoje, com os processos eletrônicos, os magistrados podem proferir sentenças com assinatura digital de suas próprias casas, a qualquer hora do dia ou da noite.

Nestes tempos difíceis da pandemia da Covid-19, em que nos vemos obrigados ao confinamento e afastamento social, a produtividade do Judiciário como um todo aumentou!

Vejam só: os juízes de suas próprias casas realizando audiências pela internet e as Câmaras do Tribunal julgando nas sessões não só virtuais, mas agora também por videoconferência.

Há 30 anos não se sonhava com algo assim.

E agora? O que iremos experimentar nos próximos 30 anos?

## Rogério Ribas

Nasceu em 19 de março de 1968, em Pato Branco (PR), filho de Sebastião Ribas e de Iracema Santi Ribas. Realizou os primeiros estudos em sua cidade natal, ingressando na Faculdade de Direito da UFPR, onde obteve o grau de bacharel em direito na turma de 1989.

Aprovado em concurso para a magistratura paranaense em junho de 1990. Aos 22 anos foi nomeado juiz substituto na Seção Judiciária de Francisco Beltrão. Em 1991, promovido ao cargo de juiz de direito da comarca de entrância inicial de Coronel Vivida, ali permanecendo até 1994. Em seguida foi promovido para a Vara Criminal de União da Vitória. Chegou a Curitiba em 1996, na função de juiz de direito substituto de entrância final. Em 2002 assumiu a titularidade da 2ª Vara de Delitos de Trânsito da Capital e, desde 2007, é Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau.

Na Amapar, ministrou palestras na Escola da Magistratura do Paraná e foi um dos pioneiros no Programa de Rádio, organizando, entrevistando e apresentando o programa Justiça para Todos, durante os anos iniciais.

# Juiz-poeta

*Assad Amadeo Yassim \*1935+1985*

Inspirado poeta, violonista e declamador, destacou-se por sua atividade literária e de profissional do Direito. Chamado de juiz-poeta, com visão e sensibilidade expressou a emoção e o sentimento de homem que acreditava no poder da palavra.

Imortal da Academia Paranaense de Letras, da Academia José de Alencar, patrono do Fórum de Sertanópolis e do Fórum Eleitoral de Nova Londrina. Nasceu em Curitiba, em 1935, e faleceu em 1985, aos cinquenta anos.

Na carreira, juiz de alçada; na literatura, autor de *Pó no Deserto*, *Tenda Abandonada*, *Miragem*, *O Livro de Nós Dois*, *Lua Branca de Setembro* e das obras jurídicas







## Assad Amadeo Yassim

Filho de Amadeo Assad Yassim e de Carmem Assad Yassim, nasceu em Curitiba (PR), no dia 15 de agosto de 1935. Bacharel pela Universidade Federal do Paraná, Turma 1958, classificado em primeiro lugar.

Iniciou na carreira na magistratura em 1959, no cargo de juiz substituto, designado para São José dos Pinhais, removido a Paranaguá, Rio Negro, Morretes e Antonina, respectivamente. Nomeado juiz de direito, em 1962, julgou nas comarcas de Colombo, Palmas, Sertanópolis, Paranaguá e Curitiba.

Em 1981 foi promovido a juiz de alçada no Tribunal de Alçada do Paraná e foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral. Editou obras literárias e jurídicas e foi o primeiro ocupante da cadeira nº 24 da Academia Paranaense de Letras. Integrado ao Tribunal de Justiça do Paraná, no cargo de desembargador, pela Resolução 2/2005. Faleceu em 6 de julho 1985.

É patrono do Fórum de Sertanópolis e do Fórum Eleitoral de Nova Londrina. ✎



Embargos do Devedor e Ação de Consignação em Pagamento; no jornalismo manteve a coluna jurídica Direito & Avesso, publicada nos jornais O Estado do Paraná e Gazeta do Povo durante vinte anos.

No ano de 2019, com a participação de sua filha Carla Pessoa Yassim, numa homenagem ímpar, o Tribunal de Justiça do Paraná, a Academia de Letras José de Alencar, a Academia Paranaense de Letras, a Academia Paranaense de Letras Jurídicas, o Legado Tallarek de Queiroz e a Editora Bonijuris publicaram obra póstuma de Assad Amadeo Yassim -Ode para Curitiba- 4º volume da Coleção Helena Kolody.



### **Ode para Curitiba**

Envelheço em Curitiba e Curitiba me envelhece.

Meus cabelos brancos me dão o direito de dizer o que bem entendo e o que não entendo.

São 49 longos anos de Curitiba, onde já vi de tudo e sei de tudo, onde já nada espero, porque tenho a calma final de quem já nada espera.

Estas rugas são sinais do tempo jogado em suas ruas (juventude, mocidade) no dia a dia de Curitiba. Por isso, me perco em Curitiba e não me encontro mais.

### **– Ode para Curitiba**

Essa Curitiba eu canto, dos ipês da praça Tiradentes, da Catedral desbotada, do bebedouro diante da Igreja da Ordem, onde as carroças paravam, para a sede dos cavalos.

Mas canto a Curitiba de hoje, canto a Curitiba das manhãs com chuvas, frio e neblina.

Essa Curitiba eu canto, de duzentos e noventa anos e mil habitantes, das ruínas de São Francisco, dos bondes e dos trilhos, para o Batel, Água Verde, Portão, dos rapazes parados na rua XV, ferindo os olhos das moças.

Essa Curitiba eu canto, do bar Stuart e do bar Palácio, da antiga Estação Ferroviária caminhando todas as viagens com suas “marias-fumaças”.

Essa Curitiba eu canto, das noites de serenatas, com violão e melodia embaixo de uma janela, fazendo a madrugada.

Canto essa Curitiba, sem ar metropolitano, sem andaimes e arranha-céus, sem violência e sem cuidados, descoberta no tempo dos tempos, jovem, ainda, e descalça.

Essa Curitiba eu canto, com lilás ao anoitecer, guardando todas as mortes, com jeito de quase menina-moça.

Essa Curitiba eu canto, lavando a minha saudade nas pedras em que é pisada, em cada bairro distante, em cada rua esquecida.

Canto a essa Curitiba, pedaço de mim, toda minha! (Que outro cante a sua).

## – Ode para Curitiba

Eu quero me perder em Curitiba, nas dores e nas angústias de seus bares, com álcool etílico que iliba, entre a última mulher que tu amavas.

Eu quero me perder em Curitiba, nas ruas, nos quintais, velhos solares, enquanto acreditar que tu me amavas, para poder perder-me em Curitiba.

Eu quero me perder pela cidade, a me lembrar da infância com serenidade, porque hei de me perder em Curitiba.

Curitiba dos meus tempos de castanho, sem limites de amor e de tamanho, Curitiba que é minha Curitiba.

## Curitiba

Fala, Curitiba do mês de julho do mês de férias, das férias que Deus concedeu ao meu pai.

Fala, Curitiba do quase-sorriso da tristeza contida na pobreza de meus versos.

Fala, Curitiba chuvosa, introspectiva, cinzenta... transbordante de lembranças como cada rua de minha Curitiba.

Fala, Curitiba dos meus avós, do armazém do “Seu Amadeu”, dos secos e molhados onde: Bateu, valeu!

Fala, Curitiba dos anos esquecidos da minha infância; do carnaval da Marechal Deodoro, das bisnagas d’água, serpentina e confeite... da saudade imensa do tempo de criança...

Fala, Curitiba da rua XV, do barulho das xícaras de café, do zum-zum-zum do dia a dia, das flores coloridas do bondinho.


Fala, Curitiba dos seus 300 anos de vida, de mais um aniversário do próximo instante:

-Não! Cala, Curitiba.

-Ninguém nos entenderia...

-Meu pai, sem nome de rua e de rua sem nada!

## Carla Yassim

Filha de Maria Cecília Pessoa Yassim e Assad Amadeo Yassim, nasceu em 05 de março de 1964, em Curitiba. Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, Turma 1985, onde concluiu o curso de especialização em Criminologia. Formou-se em inglês pelo Centro Cultural Brasil-Estados Unidos e em espanhol pelo Centro Cultural Brasil-Espanha. Em 1984 ingressou no quadro de funcionários do Tribunal de Justiça do Paraná e, atualmente, está lotada no Departamento Judiciário, Divisão Criminal. É associada do Centro de Letras do Paraná. Casou-se com José Roberto Carvalho Saddi. São pais de Carolina Yassim Saddi Alarcon e avós de Maria Eduarda Yassim Alarcon. 

# Conquista da comunidade

*Escola da Magistratura em Londrina*

**Por Miguel Horst Bompeixe Köhler**

Instigado pela estimada Chloris Elaine Justen de Oliveira, aquiesci em relatar como ocorreu a instalação do Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura, em Londrina. Faça-o movido por imensa alegria e também, em grande medida, para que não se perca a memória, advertido de que feliz é o povo que não precisa de heróis, mas infeliz é o que não tem memória.

Em 1985, dezenove juízes exerciam a jurisdição na Comarca de Londrina, sendo quinze titulares e quatro substitutos.

A Justiça do Trabalho contava com uma única Junta de Conciliação e Julgamento, sob a direção do saudoso juiz e amigo João Antô-

nio Gonçalves de Moura. Somente em agosto de 1987 foi instalada a Vara da Justiça Federal.

À época, apenas dois magistrados estaduais exerciam o magistério no Curso de Direito da então Fundação Universidade Estadual de Londrina, hoje Universidade Estadual de Londrina - UEL: eu, desde 1974, no Departamento de Direito Privado, e o eminente amigo Luiz Gonzaga Milani de Moura, a partir de 1980, no Departamento de Direito Público. O curso da UEL, além dos cursos da UEPG (em Ponta Grossa), da UEM (em Maringá) e de uma instituição estadual isolada, em Jacarezinho, eram os únicos cursos de Direito no Paraná não sediados em Curitiba.

Tínhamos alunos dos mais diversos municípios na UEL... apenas para exemplificar,

lembro-me dos oriundos de Apucarana, Faxinal, Primeiro de Maio, Araçongas, Astorga, Jaguapitã, Bela Vista do Paraíso, Rolândia, Porecatu, Colorado, Tamarana, Sertanópolis, Cornélio Procópio, dentre outros, exigindo dos interessados percorrer, diariamente, consideráveis distâncias, isso sem falar dos residentes nos municípios mais próximos, como Cambé e Ibiporã.

Com a criação, pelo Egrégio Tribunal de Justiça, através da Resolução nº 03/93, de 17.06.1983, da Escola da Magistratura do Paraná, em 1983, sediada em Curitiba, administrada pela Amapar, chegando para judicar em Londrina, tive minha atenção voltada para a possibilidade de também dispormos aqui de curso da instituição, pois alunos revelavam o desejo de ingressar na magistratura. Registre-se que, à época, poucas unidades da Federação contavam com Escola da Magistratura. A propósito, insta observar que as escolas da magistratura nos Estados precedem à criação de idênticas instituições no âmbito da Justiça Federal e do Trabalho e, também, do Ministério Público.

Curioso, busquei informações mais pormenorizadas sobre a Escola da Magistratura do Paraná, concluindo que a criação de curso em Londrina traria consideráveis vantagens para os bacharéis em Direito, advogados vocacionados para o exercício da judicatura e, por igual relevância, para o Poder Judiciário,

possibilitando-lhe o recrutamento de quadros com boa formação, aprimorando a qualificação da prestação jurisdicional.

Outro aspecto levado em consideração, desde o primeiro momento, foram as dificuldades para os interessados terem acesso à Escola em Curitiba, não só em razão da distância entre o norte do Paraná e a capital, mas também o exercício profissional por eles desenvolvido, em sendo curso com aulas diárias e frequência obrigatória.

Conversando com colegas da magistratura, da docência, advogados e membros do Ministério Público, colhi plena receptividade à ideia.

A partir daí, expressando o sentimento



dos colegas magistrados da Comarca e coordenando os trabalhos, manteve contatos com a presidência da Amapar, mas, primordialmente, com a direção da Emap. A resposta negativa e os motivos trazidos à consideração não me desanimaram, tampouco aos juízes de Londrina. Havia um longo caminho a percorrer.

Das conversações, concluímos que era preciso envolver não apenas a comunidade judiciária, mas também instituições e lideranças da comunidade de Londrina, sobressaindo-se a Subseção da OAB, presidida pelo advogado Mauro Viotto, a Associação dos Advogados de Londrina, presidida pelo advogado Luiz Aparecido Bocati, a Câmara Municipal de Londrina, presidida pelo advogado João Sabec Filho, o prefeito Wilson Rodrigues Moreira, a UEL, sendo reitor o professor Marco Antônio Fiori, o Cesulon (Centro e Estudos Superiores de Londrina), hoje Centro Universitário Unifil, tendo como diretor geral o professor José Joaquim da Cruz Filho, Rotary Club e Lions Club, e todos quantos se dispusessem a cerrar fileiras com a causa.

Mantive contato com todos, percorri clubes de serviço, dei entrevistas a variados veículos de comunicação social, fazendo a pregação em favor da criação do Curso de Preparação para Ingresso na Magistratura em Londrina, merecendo o apoio de todos, tendo a UEL e o Cesulon, desde logo disponibilizado espaço para o seu funcionamento. Era hora de fazer nova provocação à direção da Emap, agora em caráter oficial. Optamos pela manifestação da Câmara Municipal de Londrina, como porta voz da comunidade.

Aprovado por unanimidade da Casa, o seu presidente, advogado João Sabec Filho, enviou expediente à direção da Emap, explicitando o pleito da comunidade de Londrina.

A resposta negativa foi veemente, assinando que se Curitiba, capital do Estado, contando com o apoio dos Egrégios Tribunais de Justiça e de Alçada e com elevado número de magistrados, enfrentava dificuldades para manutenção do curso, daria para imaginar os obstáculos, tidos como intransponíveis, para o êxito da nossa empreitada. Além do mais, não havia nenhum precedente de curso no interior em qualquer unidade da Federação que já tivesse implantada escola da magistratura.

Não esmorecemos. Cada vez que ia a Curitiba, voltava a tratar do assunto. Em dezembro de 1986 mantive novo contato com o amigo des. Luís Renato Pedroso, presidente da Amapar, a quem estava confiada a direção da Emap.

Dele que, com brilhantismo, exercera a judicatura em Londrina, em momento difícil da vida brasileira, tendo deixado sua marca, seja pela firmeza no exercício da prestação jurisdicional, seja pela lhaneza no trato com todos, merecendo a outorga do título de Cidadão Honorário de Londrina, colhi boa vontade e interesse em atender ao nosso pleito, mas percebi que o obstáculo a ser vencido estava na posição da direção da Emap, que ele, com lealdade e absoluta razão, não pretendia contrariar.

Em janeiro de 1987, estando em Balneário Camboriú (SC), onde sempre passo o verão com a família, num desses *lances da vida*, encontro o saudoso e querido des. Jayme Munhoz Gonçalves, diretor da Emap, e tomo conhecimento de que ele tinha casa na quadra seguinte à do edifício onde me encontrava hospedado. Fui visitá-lo num sábado à tarde e, mesmo não desejando ferir de pronto o tema, ele, muito sagaz, percebeu o meu objetivo. Em conversa que durou mais de duas horas – deveria ter durado muito mais, vez que também enriquecida pela presença de

dona Laedy, sua carinhosa esposa – ele se mantinha irredutível, contrapondo-se a cada argumento que lhe era apresentado, embora assinalando ser o presidente da Amapar, des. Luís Renato Pedroso, favorável ao nosso pleito. Dona Laedy, depois de servir mais uma rodada de suco, interveio e voltando-se para o marido afirmou: *“Atenda o pedido de Londrina. Vai dar certo. Se não der, os juízes de Londrina compreenderão o encerramento das atividades da Escola.”*

Foi um raio de luz afastando a escuridão das negativas. No final do mês de janeiro voltei a ter com o des. Luís Renato Pedroso, que se reportou ao encontro que mantive com o des. Jayme Munhoz Gonçalves e dona Laedy. Em fevereiro, fomos avisados de que viria a Londrina uma comissão da Emap para tratar do assunto.

À referida comissão, composta por Acácio Cambi, Ruy Fernando de Oliveira e Vicente Troiano Netto, todos queridos amigos, excelentes magistrados, dispostos a nos ajudar, foram dadas todas as informações solicitadas e reiterado o apoio de todos os juízes de Londrina. A conversação se encaminhou para a possibilidade de instalação do curso em Londrina. Desde logo restou deliberado que:

a – seriam ofertadas quarenta vagas;

b – as aulas seriam ministradas no período noturno – em Curitiba eram no matutino, presente nosso público alvo, em regra trabalhando durante todo o período diurno e por compreender residentes em outras cidades;

c – as aulas seriam ministradas em dependências da UEL, que inclusive disponibilizou espaço para a sala de apoio, possibilitando o funcionamento de secretaria, destinada a atender docentes e cursistas durante as aulas, consoante oferta formalizada pelo seu magni-

fico reitor;

d – a secretaria ficaria no Edifício do Fórum, em espaço de pronto cedido pelo seu diretor, o ilustre colega Augusto Massareto;

e – o quadro de docentes seria composto por juízes e também por membros do Ministério Público e advogados;

f – o núcleo seria dirigido por um coordenador geral e por quatro coordenadores de áreas e que seria assim constituído:

Coordenador Geral: Miguel Horst Bompeixe Köhler;

Coordenadores de Áreas de Conhecimento: Luiz Carlos Bellinetti; Luiz Gonzaga Milani de Moura; Nelson Batista Pereira; Sylvio Ramos Júnior.

Terminada a reunião, fomos recebidos pelo advogado Mário Alves Cardoso, presidente da Associação dos Advogados de Londrina, também firme defensor da iniciativa, na sua residência, onde jantamos.

Ouvido o Conselho Técnico, a Emap, através da Resolução nº 01/1987, de 12 de março de 1987, autorizou a instalação do curso, em caráter experimental. Chegada a notícia, mãos à obra, com:

1. elaboração da grade curricular com as disciplinas (programas de aprendizagem) ofertadas, contando com a valiosa colaboração da professora Neiva Santiago Amalfi, colega do Departamento de Direito Privado da UEL e primeira mulher a lecionar em curso de Direito no Paraná;
2. estruturação do quadro de docentes;
3. definição da sala no fórum onde funcionaria a secretaria;
4. solicitação à prefeitura de Londrina de servidor para atuar como secretário do Núcleo;
5. preparação do teste seletivo, com edital de abertura de inscrições;
6. busca de meios para dotar a secretaria dos equipamentos necessários e de materiais de

## **Professores que lecionaram na 1ª Turma da Escola da Magistratura de Londrina -1987/1988**

Airvaldo Natal Stela Alves  
Antônio Carlos Coelho Lemos  
Antônio Demeterco Júnior  
Aroldo Antônio Glomb  
Carlos Alberto Paoliello Azevedo  
Edson de Jesus Deliberador  
Élsio Crozera  
Fernando Eizo Ono  
Flávio Araújo  
Gilbert Garcia de Souza  
Hugo de Pinho Tavares  
Irineu Codato  
Ismair Roberto Poloni  
Itari Cerqueira Leite  
João Carlos de Oliveira  
João Casemiro Wielewicki  
João Tavares de Lima  
José Hosken de Novaes  
Júlio Cezar Salinet  
Kofo Tomayose  
Leonildo de Souza Grotta  
Luiz Fernando Bellinetti  
Manoel Teolindo Amaral Costa  
Milton Ribeiro Menezes  
Naylor André das Chagas Lima  
Ricardo Lopes Sampaio  
Rubens Bittencourt  
Sergio Alves Gomes  
Ullysses Aires Mercer



consumo.

Por decisão do Conselho de Coordenadores foram designados assistentes do Conselho os colegas Ari Dorival Mazer, Osny Rebelo (jubilado) e a professora Neiva Santiago Amalfi.

Posteriormente, a advogada Dalva Vernillo, colaboradora desde o primeiro momento, foi, por igual, designada assistente do Conselho de Coordenadores, sendo fundamental para o lançamento da revista *Direito Vivo* – primeira publicação dentre as escolas de magistratura no país, prestando, por muito tempo, relevantes serviços a todas as nossas iniciativas. A prefeitura de Londrina colocou a servidora à disposição da Escola.

Designada, a seleção foi realizada nas dependências do Cesulon, na Av. Juscelino Kubitschek, no dia 01 de maio de 1987. Estando em Londrina, ali compareceu o des. Jorge Andrigueto que se surpreendeu com o expressivo número de interessados: compareceram 128 dos 140 inscritos.

A correção das provas, realizada em conjunto pelos coordenadores, teve lugar nas dependências do Hotel Sumatra, localizado nas esquinas da Rua Senador Souza Naves com a Av. Juscelino Kubitschek.

Por iniciativa própria, sabedores de que ocorreriam desistências, admitimos 06 (seis) alunos ouvintes para ocuparem eventuais vagas que viessem a ser abertas nos primeiros sessenta dias de aulas. Por sinal, um desses ouvintes foi o advogado Roberval Casemiro Belinatti, posteriormente aprovado em concurso para juiz no estado do Mato Grosso do Sul, onde exerceu a magistratura por curto período, no Paraná e no Distrito Federal, onde hoje é desembargador com assento no Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que, ao final do curso, recebeu a láurea De Plácido e Silva, por ter obtido o 1º lugar dentre os concluintes.

Com a saída da servidora do município de Londrina, indiquei o amigo Aduino Luiz Fazon, servidor da UEL, para assumir a secretaria do curso no início de junho de 1987 e que permanece atuando até hoje como clava forte da Instituição.

Uma plêiade de magistrados, advogados, membros do Ministério Público e docentes da UEL, aceitou o desafio de lecionar no curso, dando-lhe a garantia da sua excelência de ensino.

Bem, e a estrutura material da secretaria do curso? Os móveis e equipamentos foram emprestados pela Subseção de Londrina da OAB, através do presidente advogado Jorge Hamilton Aidar. Os materiais de consumo da secretaria foram doados pela Viação Garcia Ltda, então controlada pela família Garcia, tendo como gerente geral o amigo José Mascaro Garcia Molina. Assinale-se, apenas para registro, que à época, viagens e estadia dos membros do Conselho de Coordenadores para Curitiba atendendo convocação da direção da Emap, tiveram as passagens disponibilizadas pela Viação Garcia Ltda. A estadia e alimentação corriam por nossa conta, em rateio. Aliás, o exercício das Coordenadorias não era remunerado.

Em 16.07.1987, foi firmado o Convênio entre a Emap, através do Núcleo de Londrina, e a UEL, oficializando a cessão de espaço para as aulas e secretaria de apoio, nas dependências do Centro de Estudos Sociais Aplicados e designado o servidor Aduino Luiz Fazon para exercer as funções de secretário.

Finalmente chegou o tão esperado dia da Aula Magna Inaugural – 07.08.1987, ministrada pelo des. Luís Renato Pedroso, presidente da Amapar, sobre o tema *A Missão de Julgar*.

A ela estiveram presentes os desembargadores Mario Lopes dos Santos, presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, que

presidiu a sessão; Jayme Munhoz Gonçalves, diretor da Emap; João Cid de Macedo Portugal, supervisor da Emap; Alceu Conceição Machado; Adolpho Krüger Pereira; Sydney Diettrich Zappa e o Juiz de Alçada Vicente Troiano Netto, além do advogado José Hosken de Novaes, ex-governador do Estado; dr. Wagner Brussolo Pacheco, representante do governador do Estado; senador Francisco Leite Chaves; deputado federal Oswaldo Evangelista de Macedo; dr. Wilson Rodrigues Moreira, prefeito municipal; vereador Álvaro Grotti, presidente da Câmara Municipal de Londrina; advogado Jorge Hamilton Aidar, presidente da Subseção de Londrina da OAB; João Antônio Amalfi, representando a Associação dos Advogados de Londrina; professor Genésio Ferreira Cruz, diretor do CESA, representando o magnífico reitor da UEL; professor Wanderley de Paula Barreto, representando o magnífico reitor da Universidade Estadual de Maringá; dr. Lúcio Tedesco Marchesi, representando o secretário de Estado do Ensino Superior, Cultura e Tecnologia; capitão da PM Pedro Marcondes, representando o comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Londrina.

A mesa de honra contou também com a presença do eminente colega Augusto Masaretto, diretor do Foro da Comarca de Londrina, e do também querido amigo Naylor André das Chagas Lima, atuante colaborador da Escola, representando o Ministério Público. Foi registrada a presença de todos os juizes de Londrina, de membros do Ministério Público da Comarca e também da região, além de outras autoridades civis e eclesásticas, representantes de Clubes de Serviços e Entidades e, o principal, gente do povo, lotando as dependências do então Tribunal de Júri, no edifício, hoje demolido, no Centro Cívico Governador Bento Munhoz da Rocha

Netto, com pessoas permanecendo fora das suas dependências.

Usaram da palavra, além do presidente do Egrégio Tribunal de Justiça e do palestrante, o doutor Wilson Rodrigues Moreira, prefeito de Londrina, o des. Jayme Munhoz Gonçalves, diretor da Emap e, eu, como coordenador geral do curso.

Na mesma oportunidade, fixamos uma praxe em nossas cerimônias, que persistiu durante todo o tempo em que permaneci à frente da Escola: abertura com execução do Hino Nacional, encerramento com a execução do Hino do Paraná, tendo a sessão solene sido abrilhantada pela Banda do 5º Batalhão da Polícia Militar.

Terminada a sessão, o doutor Wilson Rodrigues Moreira, me puxou pelo braço e reiterando o que assinalara no seu pronunciamento, disse que a instalação do Curso, por sua importância, deveria ser imortalizada numa placa.

Respondendo-lhe, asseverei que *a menina acabara de nascer, sendo preciso esperar seu crescimento e seus frutos*. A seguir, realizamos, por adesão, jantar festivo a cargo do Buffet Elite, nas antigas dependências do Clube Alemão (AREL – Associação Recreativa e Esportiva de Londrina), na Rua Desembargador Hugo Simas, 61, a que compareceram mais de 260 pessoas.

Fomos inovadores em muita coisa, pois, além de editarmos a revista *Direito Vivo*, nossas aulas eram no período noturno – em Curitiba e na quase totalidade das Escolas então existentes eram no período matutino. Também em iniciativa pioneira no território nacional, nosso quadro de docentes era enriquecido pela presença de membros do Ministério Público e dos advogados, todos zelando pelo bom êxito da nossa jornada. Instituímos a *láurea De Plácido e Silva* para premiar o cur-

sista com melhor desempenho.

De todos os colegas magistrados, mesmo dos que não lecionavam ou não estavam ligados ao Conselho de Coordenadores, sempre recebi palavras de apoio, de aconselhamento, de crítica construtiva.

Insta gizar que o curso em Londrina foi o primeiro, no Brasil, numa cidade do interior, além de ser um dos mais antigos no território nacional, antecedendo os das Escolas da Magistratura do Distrito Federal e dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, dentre outros. Como se vê, a instalação do curso da Emap em Londrina não decorreu de um ato sponte própria da Emap ou da Amapar. Não foi um ato de bondade de quem quer que seja. Como tantas outras conquistas de Londrina (v.g. UEL, IAPAR e mais recentemente campus da PUC), foi fruto da determinação da gente de Londrina, compreendendo o trabalho de juizes, advogados, membros do Ministério Público, clubes de serviço, Câmara Municipal de Londrina, por seus vereadores, chefia do Poder Executivo, instituições de ensino superior, entidades representativas, autoridades e pessoas identificadas com a nobilitante causa de servir.

Também inspirou a instalação do curso em Maringá em 1988, alargando assim, o caminho para a interiorização da Emap, dando-lhe especial destaque dentre as suas congêneres no território nacional. Londrina nunca se dobrou para pedir, nem nos momentos mais mestos, mas sabe fazê-lo para agradecer.

Agradece todos os dias com o sucesso da *nossa Escola*.

Da primeira turma de cursistas, quinze optaram pela judicatura no Paraná: Carla Pedalino, Fernando Moreira Simões Júnior, Fernando Silva Gonçalves, José Camacho Santos, Luiz Carlos Boer, Márcia Regina Hernandes de Lima, Oneide Negrão e Zilda

Romero, sendo que quatro são desembargadores, João Antônio De Marchi, Luiz Osório Moraes Panza, Mário Nini Azolini e Wellington Emanuel Coimbra de Moura e um Juiz de Direito Substituto em 2º grau, Ademir Ribeiro Richter. No Mato Grosso do Sul é magistrado Paulo Sérgio Carreira de Souza, além de Roberval Casemiro Belinati, desembargador no Distrito Federal; Solange Novaes da Silva Vicentin é Promotora de Justiça no Paraná. Outros seguiram carreiras jurídicas. Muitos continuam na advocacia, no permanente exercício em defesa da liberdade, do patrimônio e dos direitos fundamentais dos seus constituintes.

Quando deixei sua direção, em 1992, a Escola da Magistratura já estava consolidada, com independência financeira, mas submetida às constantes provocações para aperfeiçoar sua qualidade e corrigir rotas.

Vieram outros coordenadores gerais, hoje diretores: Toshiaharu Yocomizo, Ariovaldo Stroppa Garcia, Alberto Júnior Veloso, Mauro Henrique Veltrini Ticianelli, Aurênio José Arantes de Moura, Rafael Vieira de Vasconcelos Pedroso, Rodrigo Afonso Bressan e José Ricardo Alvarez Vianna, cada um vivendo a sua experiência. O Núcleo de Londrina muito contribuiu para a Emap ser contemplada, em 2010, com o prêmio Selo ENFAM outorgado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, obtendo a maior pontuação entre as quinze escolas inscritas, atingindo o grau de excelência no processo de ensino e aprendizagem de magistrados.

Ao completar 33 anos a escola viu a conclusão da sua 31ª Turma e o início das aulas da 32ª.

Muitos do que estiveram na linha de frente não estão mais entre nós, mas a sua memória permanece indelével. Seus nomes cintilam

no firmamento dos que partiram deixando exemplo a seguir, espargindo o doce aroma da saudade.

Hoje, o Núcleo de Londrina vive outro momento, presentes as exigências da nossa realidade jurisdicional, sendo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Aplicado, podendo os interessados obter o título de Especialista.

É um novo tempo.

Está em boas mãos, tendo como diretor o doutor José Ricardo Alvarez Viana, juiz de direito da 7ª Vara Cível de Londrina, e vice-diretor o doutor Marcos Caires Luiz, juiz de direito substituto, contando com a inestimável colaboração de vários juizes de Londrina e região. Olho para eles com elevado afeto e sei das imensas dificuldades que enfrentam para manter uma escola que veio para ficar, como semente lançada ao solo fértil para produzir frutos perenes.

Mesmo à distância, alegro-me com a conclusão de cada turma, com cada evento realizado com sucesso. Entristeço-me com cada notícia desfavorável, confiante de que a *nau da esperança* vencerá mais uma tormenta.

Cada vez que passo na secretaria da Escola e lá encontro Aduino Luiz Fazon, Maria Mariana da Silva Garrido e Alberto Gutendorfer Veloso, estes últimos da nova geração de colaboradores, sinto a emoção de estar em casa. Por vezes, relembro cenas que se eternizaram em minha memória.

É uma saga a desafiar os que com os pés plantados na *Terra Vermelha*, têm os olhos voltados para o amanhã.

Se alguém me perguntar se valeu a pena todo sacrifício, olhando para o futuro, responderei com as palavras do poeta: *Tudo vale a pena quando a alma não é pequena.*

Creio não estar sozinho.



**José Carlos,  
Isabel Cristina,  
Marli e Miguel  
Bompeixe.**


## **Miguel Horst Bompeixe Köhler**

Nasceu em São Francisco do Sul (SC), filho de Geraldina Bompeixe Köhler e de José Köhler, no ano de 1940. Bacharel pela Faculdade de Direito de Curitiba, UniCuritiba, Turma 1966, da qual foi o orador. Aprovado em concurso para a magistratura em 1969, nomeado juiz substituto da Seção Judiciária de Ponta Grossa, respondendo pelas comarcas de Ipiranga, Reserva, Palmeira e Teixeira Soares. Atendeu, por designação, Pirai do Sul. Aprovado em concurso para juiz de direito, nomeado para a comarca de Santa Isabel do Ivaí. Removido para Jaguapitã e designado para atender a zona eleitoral de Porecatu. Promovido para Cruzeiro do Oeste, respondeu pela recém-instalada Cidade Gaúcha. Removido, julgou nas varas Criminal e Anexos e Cível de Rolândia, atendendo, por designação, Cambé. Promovido para Londrina, no cargo de Juiz de Direito Substituto. Titular da 10ª Vara Cível, requereu aposentadoria.

Exerceu o magistério na Faculdade de Direito de Curitiba, na Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa e no curso de Direito da Universidade Estadual de Londrina, onde, decano, aposentou-se. Integrou o Conselho Superior da UEL e a assessoria jurídica, obtendo a instalação do campus da Pontifícia Universidade Católica do Paraná naquela cidade. Atualmente, leciona no curso de Odontologia Legal da Associação Maringaense de Odontologia (AMO).

Recebeu comendas e diplomas por participação meritória, outorgados pela comunidade, pelo governo estadual e a láurea De Plácido e Silva oferecido pelo Núcleo da Emap, por relevantes serviços prestados à instituição. É cidadão honorário de Santa Isabel do Ivaí, Rolândia e Londrina.

É casado com Marli Nelsina Carstens Köeler e são pais de José Carlos Carstens Köeler e de Isabel Cristina Carstens Köeler.

Seu filho é desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina e, sua filha, doutora em Odontologia Legal, coordena o Curso de Odontologia da Associação Maringaense de Odontologia (AMO). 

# Museu da Justiça

*O vocábulo museu vem do  
grego museion - templo*

Os latinos denominavam *museum* ao gabinete de trabalho dos homens das Letras e Ciências. O soberano egípcio Ptolomeu I, no ano 300 aC., deu esse nome a uma parte de seu palácio, em Alexandria, onde se reuniam os sábios e os filósofos mais célebres de seu tempo, tendo à sua disposição uma biblioteca, a mais famosa da Antiguidade. Foi o primeiro estabelecimento cultural que recebeu o título de Museu.





### Museu da Justiça

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Edmundo Mercer Junior, em 10 de setembro de 1974, na presença de uma plêiade de notáveis Davi Carneiro, Júlio Estrela Moreira, José Loureiro Fernandes, Oldemar Blasi, Antônio Carlos Suplicy de Lacerda, Enrique Isidoro Piera, Romeu Otávio Luiz Gonzaga Rauen e Gil César Dantas Bruel, legitimou um empreendimento inédito e pioneiro, com a inauguração do Museu da Justiça do Paraná para preservar a memória do Judiciário paranaense. No décimo andar do Palácio da Justiça, sua primeira sede, ocorreu a cerimônia. Tal fato incentivou a criação de outros museus judiciários pelo país.

O dr. Gil César Dantas Bruel, assessor da presidência, foi o encarregado de coordenar, estrutura e instalar o museu. É o único daquele rol de intelectuais que se encontra entre nós.

Na atual Organização Judiciária, o Museu da Justiça e a Biblioteca integram o Centro de Documentação do Departamento de Gestão Documental. O CEDOC centraliza o atendimento às pesquisas e à prestação jurisdicional, além de coordenar e orientar o tratamento de informações em documentos históricos, utilização e segurança do acervo.



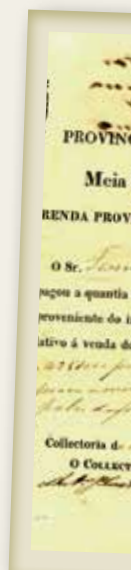
## MUSEU

O acervo do Museu da Justiça é dos mais valiosos do Paraná. São peças e autos recolhidos nos fóruns do interior, objetos doados por magistrados e seus parentes. Há grande interesse do público, sejam pesquisadores, acadêmicos ou mesmo crianças. Estão arquivados ou digitalizados os autos de correição realizada pelo Ouvidor Pardinho, na Comarca de Paranaguá, no século XIX, os autos do Episódio do Contestado e painéis fotográficos relativos ao fato, além do primeiro registro de nascimento de criança escrava no Paraná, em 1852, diplomas de bacharel assinados pelo Imperador, presidentes da República, como era de praxe, material que encanta os visitantes.

A primeira máquina de escrever da secretaria do TJ, pesos de papel e objetos gravados, caneta e pena de ouro, canetas tinteiro, pastas, alianças de casamento, broches com fotografias, coleção de togas, urnas de votação, porcelanas identificadas, cristais, fotos e documentos, comendas, fitas, alfinetes e colares de mérito, cartola, bengala, coleção de jornais com artigos e discursos de Rui Barbosa, de Sebastião Paraná, placas de bronze, mapas históricos distinguindo datas e fatos,

são objetos de importância para a história do Paraná. Uma exposição permanente está acomodada no mezanino do Palácio da Justiça, documentos, fotografias, quadros, esculturas e mobiliário completo de uma sala de júri, um conjunto de bens de valor histórico e cultural. Há inclusive uma incineradora de ferro fundido, que servia para queimar os votos dos desembargadores ao fim de cada sessão do Tribunal Pleno, conforme disposto na época. Há, ainda, coleções peculiares, de objetos pessoais, de imagens que fazem parte da ação educativa e dinâmica do processo de exposição de um museu.

Em 2003, na gestão do desembargador Oto Sponholz, houve um projeto de recuperação do patrimônio, resgatando e restaurando o acervo, fato que incluiu o Museu da Justiça no Roteiro Turístico de Curitiba. São 46 anos preservando o patrimônio histórico, artístico e documental do Poder Judiciário paranaense, na guarda de documentos, atenção aos pesquisadores, atendimento aos acadêmicos de Direito, aos alunos das escolas públicas e particulares que participam da visita ao Palácio da Justiça.







## Biblioteca

Reconhecida como uma das mais completas do ramo do Direito na região sul do país. O acervo é composto por 19.222 livros, 5.760 periódicos, coleção de 755 volumes dos Diários da Justiça, desde 1953, e do Diário Oficial do Estado, a partir de 1933. Entre seus títulos, ganha destaque a coleção da revista Paraná Judiciário, 1925 e 1970, quando era publicação oficial do Poder Judiciário, com registro de decisões judiciais e matéria doutrinária. Outras revistas que marcaram época podem ali ser encontradas: O Direito (1873-1911), Arquivo Judiciário (1927-1956), Crítica Judiciária (1924-1946), Revista de Direito (1907-1929) e Fóruns do Paraná (1963-1968-2002). Trabalhos raros de reputados autores clássicos nacionais e estrangeiros estão ao alcance dos magistrados, como Ferri, Lombroso, Malatesta, Teixeira de Freitas, Rui Barbosa, Hugo Simas e Clóvis Beviláqua. A Biblioteca de Obras Raras Des. Hugo Simas, com 3.799 volumes, está abrigada em espaço reservado. A Biblioteca Digital pode ser acessada por magistrados, funcionários, pesquisadores, estudantes.

## Pinacoteca

A pinacoteca é um patrimônio extraordinário. Adquirida na gestão do presidente desembargador Alceste Ribas de Macedo, ilustra e comove os apreciadores da arte. Telas de autores paranaenses, Guido Viaro, De Bona, Nísio, Langue de Morretes, Traple, Garfunkel, Brzezinski, entre outros. Em todos os locais, salas, antessalas, corredores, gabinetes foram dispostas telas e esculturas de grande beleza e significado. Móveis em madeira nobre, trabalhos em marchetaria, tapetes de origem persa, em desenhos originais e únicos adornam os ambientes.

## Palácio da Justiça

No saguão de entrada fica o mural cerâmico História da Comarca de Curitiba, de Franco Giglio, e placas de bronze afixadas em mármore, com o nome dos desembargadores, comemorativas do Tribunal de Justiça e do antigo Tribunal de Alçada.



## A Balança

No alto da escadaria do primeiro andar, no mezanino, antecedendo o gabinete do Presidente, está a balança, símbolo da Justiça. O Salão de Atos abriga móveis, cadeiras, sofás de estilo próprio e telas de autores paranaenses de grande beleza e significado. No gabinete do presidente foram concentradas obras pictóricas expressivas e mobiliário histórico de grande valor.



## EDIFÍCIO ANEXO

Na entrada do Edifício Anexo, imponente está a Deusa da Justiça, autoria de Cristina Ruese, doação da Academia Paranaense de Letras Jurídicas, e o painel Mulher Imigrante, de Poty Lazarotto, doação da família. Na Esplanada, na parede anterior, está a Galeria dos Desembargadores, com foto de todos os desembargadores até a presente data. São 380 magistrados paranaenses que alcançaram o cargo mais elevado da carreira jurídica no Estado. No espaço dos elevadores fica o quadro das Comarcas Paranaenses, datado de 1981.

No local foi afixada a Galeria dos Presidentes. São telas de autores consagrados com a imagem de todos os desembargadores que ocuparam a presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, desde a sua instalação em 1891.

No 10º andar, Plenário Desembargador Clotário Portugal, estão abrigadas peças significativas ao Direito e à magistratura paranaense: Rui Barbosa e Clotário Portugal, em bronze e granito, ladeiam a entrada do plenário, onde a Corte de 120 membros, reúne-se em tribunal pleno e se realizam solenidades. O recinto é mobiliado com móveis entalhados em madeira de lei, mesas, balcão e painel anterior e, ao fundo, a Sala de Togas, com sofás e cadeiras oriundos de antigas comarcas.

O Museu da Justiça do Paraná abriga e preserva a história do Poder Judiciário paranaense.



# Destaque e atuação

*Gil César Dantas Bruel*

## Por Áurea Bruel

Paranaense, nascido em Curitiba, em 20 de setembro de 1938. Primogênito do professor, engenheiro civil e advogado Raul Bruel Antônio e da professora Mercedes Dantas Bruel. Coursou o ensino fundamental e médio em escolas públicas da capital. Formou-se bacharel em Direito, Turma 1961, primeira turma da Faculdade Católica de Direito do Paraná. Igualmente bacharel em Administração e Economia pela mesma faculdade, Turma 1974. É casado com a professora Amazília Araújo Bruel. São pais de Gil e das filhas Ana, Áurea, Amazília, Giovanna, Cecília e Letícia.

Acadêmico, trabalhou no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na época, funcionan-

do no Palácio Garibaldi. Iniciou suas atividades profissionais na cidade de União da Vitória, prestando assistência jurídica à prefeitura. Em 1972, gestão des. Aldeste Ribas de Macedo, foi nomeado assessor jurídico do TJPR, dando atendimento ao Departamento de Imprensa.

Em 1973, foi designado pelo então presidente, des. Edmundo Mercer Júnior, coordenador do Museu da Justiça, o primeiro museu judiciário do Brasil. Participou da organização e seleção dos móveis e material jurídico, oriundo das comarcas de interior. Atividade de reconhecida importância para a preservação da memória do Judiciário paranaense. Em 1974, colocado à disposição da presidência da Assembleia Legislativa do Paraná, organizou a publicação da 1ª edição da Constituição do

Foto: Enio Salgado



**Juiz de Direito Gil Bruel.**

Paraná Anotada.

Retornando aos quadros do Tribunal de Justiça, em 1981, gestão des. Heliantho Carmargo, coordenou os trabalhos para criação da Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário e modernização do Regimento de Custas. Participou da criação do FUNREJUS, destinando parcela da arrecadação para a Fundação de Assistência Judiciária e Penitenciária e, também, da instalação do Fundo Penitenciário. No ano seguinte, 1982, participou da comissão que resultou na edificação do Fórum de Curitiba, no Centro Cívico.

Ingressou na magistratura paranaense em 1983, nomeado juiz de direito nas comarcas da Lapa, São Mateus do Sul, São João do

## Áurea de Araújo Bruel

Filha de Amazília de Araújo Bruel e Gil César Dantas Bruel nasceu em União da Vitória, no ano de 1966. Concluiu o curso de Engenharia Civil em 1988, na UFPR. Especialista em Segurança do Trabalho e Mestre em Ciência dos Materiais, igualmente pela UFPR. Advogada formada pela UniCuritiba em 2009.

Triunfo, Rio Negro e Cândido de Abreu. Aposentou-se em 1988.

No mesmo ano foi convidado pelo presidente da Associação dos Magistrados do Paraná – Amapar, Francisco de Paula Xavier Neto, para participar da sua diretoria, na função de diretor do Departamento de Excursões. No ano seguinte, 1989, foi incumbido de auxiliar na organização do Departamento de Aposentados e Viúvas, atual Departamento das Pensionistas. A partir de então, na função de advogado, pleiteou o direito das viúvas, em ações específicas, e participa das reuniões dos associados.

Em 2015, por ocasião da instalação da sede da Amapar, na Rua Alberto Foloni, 541, participou expressivamente, doou todas as poltronas do auditório, em número de cem, para a entidade.

Recebeu o Troféu Imprensa do Paraná em 1992, 1995 e 2003, ocasião em que foi homenageado pela participação no desenvolvimento do Estado do Paraná, com destaque na sua área de atuação. O magistrado Gil Bruel demonstrou sempre apreço aos pleitos da Amapar, notadamente os do Departamento de Pensionistas.

# Memória e justiça

*O sistema de Justiça e a Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban*

**Por Maria Aparecida Blanco de Lima**

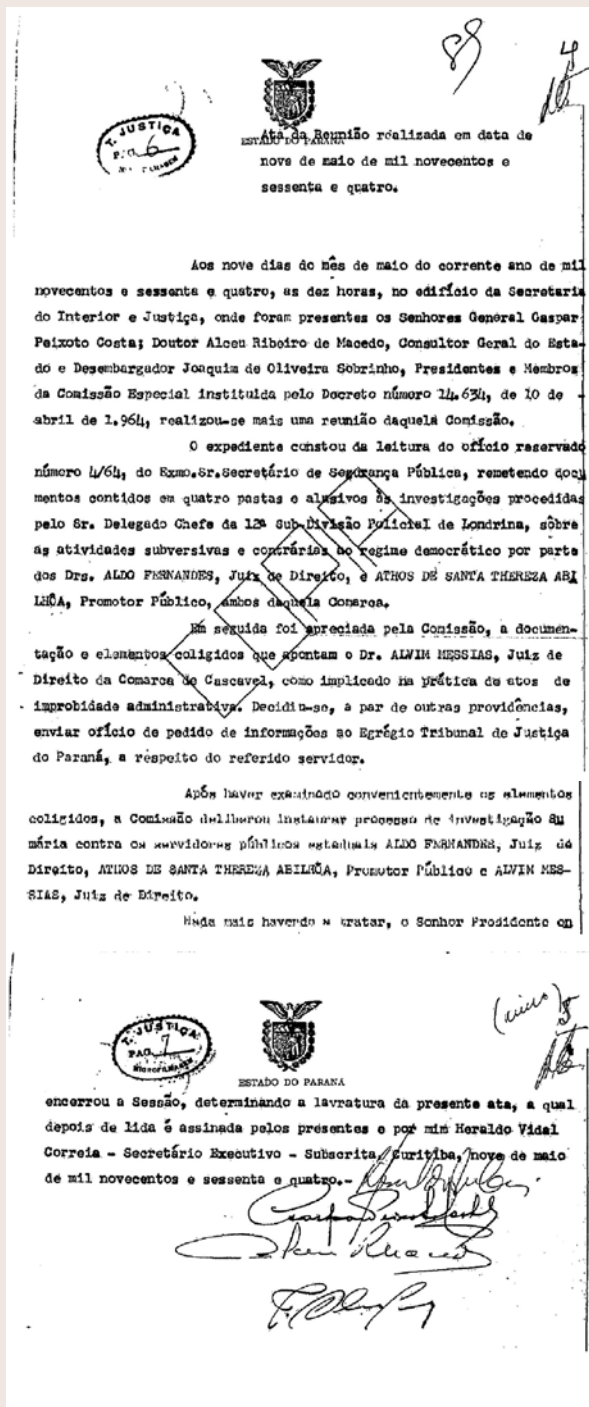
A Comissão Estadual da Verdade foi criada pela Lei Estadual n. 17.362/2012 para examinar e esclarecer situações de graves violações de direitos humanos que ocorreram no Paraná entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988, atendendo a pedido de vários setores da sociedade paranaense preocupados com o resgate da Verdade, da Memória e da Justiça. Em 2013, após o falecimento da jornalista e ativista ambiental Teresa Urban, a CEV a homenageou incorporando o seu nome.

As datas inicial e final do período de estudo coincidem com a promulgação da Constituição de 1946 e de 1988, as duas cartas mag-

nas que buscavam resgatar a democracia no Brasil, após longos períodos de ditaduras marcadas pela violação de direitos humanos pelo Estado brasileiro.

A ideia de direitos humanos como valor universal a ser protegido e preservado pelas Nações está sistematizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948 e assinada por todos os Estados membros, inclusive o Brasil.

A necessidade desse pacto mundial decorreu, em parte, dos horrores perpetrados pelos países envolvidos nas duas grandes guerras mundiais e em conflitos coloniais, muito semelhantes às violações que sofreram os povos indígenas das Américas e africanos escraviza-



dos com as quais a sociedade ocidental convivera por mais de três séculos.

Era função da Comissão promover o resgate histórico dos momentos e eventos em que o Estado brasileiro praticou violações aos direitos humanos, gravados na Constituição Federal de 1946 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, especialmente nos seus artigos 3º, 4º e 5º,<sup>1</sup> com a finalidade última de que aqueles fatos – omitidos ou ocultados pela historiografia oficial – nunca mais se repetissem.

Eu vinha acompanhando de longe o início dos trabalhos da Comissão Estadual quando, um dia, a colega desembargadora Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes comentou sobre um depoimento da sua tia, senhora Zuleika Maranhão Fernandes, viúva do juiz Aldo Fernandes e convidou-me para uma reunião com os integrantes da Comissão. Passei então a colaborar com o grupo de trabalho “Ditadura, Sistema de Justiça e Repressão”, coordenado pelo procurador Olympio de Sá Sotto Maior Neto, pelo professor Luiz Edson Fachin e pelo advogado Daniel Godoy.

Mais tarde, diante da sua nomeação para o STF, fui convidada a substituir o agora ministro Fachin, na coordenação do grupo.

O grupo de trabalho teve como objetivo investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas no Paraná, no período já mencionado, contra membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da advocacia pública e privada, a fim de resgatar o direito à memória, à verdade histórica e à justiça em busca da reconciliação nacional.

<sup>1</sup>Artigo 3º: Todas as pessoas têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4º: Ninguém pode ser mantido em escravidão ou em servidão; a escravatura e o comércio de escravos, sob qualquer forma, são proibidos.

Artigo 5º: Ninguém será submetido à tortura nem a punição ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes.

Foram levantados documentos oficiais, processos, matérias jornalísticas, livros e depoimentos sobre a atuação de advogados, de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado do Paraná durante o regime ditatorial, sob o que se convencionou chamar de “legalidade autoritária”.

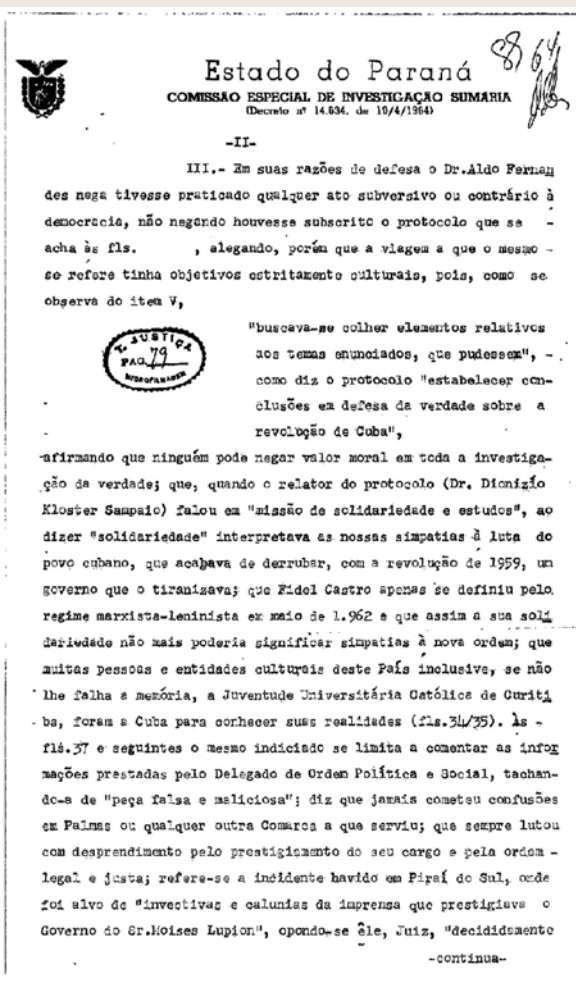
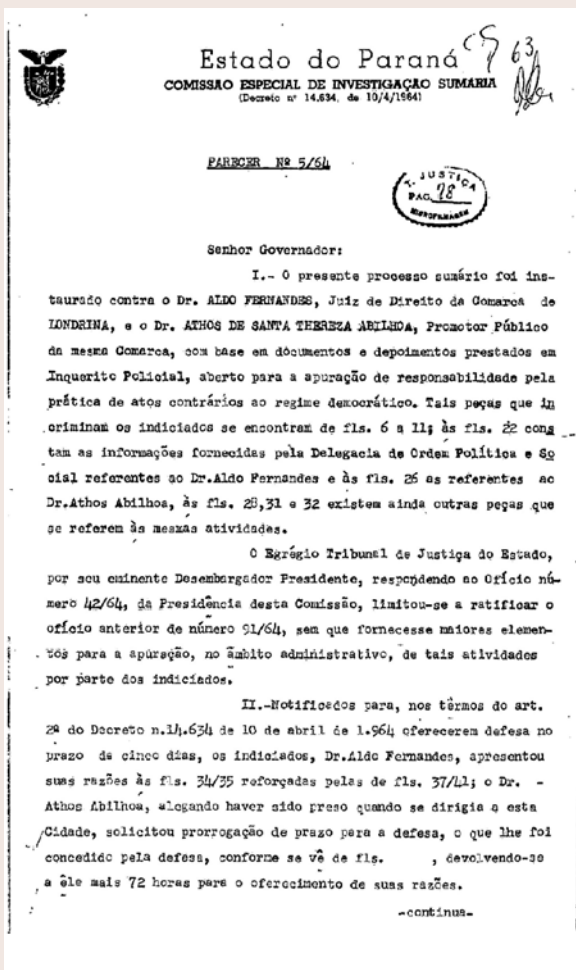
É bom lembrar que o regime militar utilizou a estratégia de manter as instituições funcionando sob controle do governo, recorrendo à cassação de mandatos de parlamentares não alinhados e afastando ministros do STF e magistrados que não se sujeitavam aos interesses da “revolução”, chegando inclusive a outorgar uma Constituição em 1966 que deixava de fora garantias e direitos individuais e coletivos presentes na Constituição de 1946.

Ao longo do trabalho percebemos a necessidade de considerar as peculiaridades da conjuntura social, econômica e política do Estado do Paraná nos anos 1960, especialmente em relação a transformações econômicas e sociais que trouxeram para as cidades um grande contingente de pessoas pouco qualificadas para o mercado de trabalho urbano, especialmente para o setor industrial que se consolidava e se expandia na região de Curitiba.

Acontecia aquilo que Oliveira (2007)<sup>2</sup> chama de modernização conservadora, um esforço das elites tradicionais paranaenses de se manter à frente do poder através da continuidade das estruturas de parentesco e nepotismo que dominavam o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

O governador Ney Aminthas de Barros Braga, que vinha obtendo êxito em modernizar a economia e a gestão pública do Estado, no plano político alinhou-se discretamente

<sup>2</sup>OLIVEIRA, Ricardo Costa de, Famílias, Poder e Riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. In Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 150-169.







Estado do Paraná  
COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA  
(Decreto nº 14.834, de 10/4/1964)

-III-

"decididamente às manobras e compressões levadas a efeito pelo P.S.D. e pela política local contra o eleitorado dos partidos que faziam oposição às candidaturas pesadistas às eleições estaduais de 1.950"; invoca os testemunhos do Governador Bento Munhoz da Rocha e todos os homens do seu Governo; nega que tenha feito parte da agremiação chamada "Panela Vazia" em Cornélio Procopio, pois - que lembra-se que aquela agremiação surgida não sabe onde, propagava nomes de candidatos à Legatura estadual de vários partidos de forma que era absolutamente impossível o Juiz Eleitoral fazer parte dela; confirma, entretanto, que lá pelos idos de 1953 ou ... 1.954, foi indicado Presidente do grupo, não da "Panela Vazia", - uma "paroco, de uma Frente Popular, pró reforma agrária, cuja fundação teve a participação do General Leonidas Cardoso, a quem não conhecia e nunca mais viu"; confirma outros tópicos das informações repudiando sua participação em atos contrários à democracia; confirma o episódio "Francisco Julião", dizendo que realmente foi dele conduzido em seu automóvel à Faculdade de Direito de Londrina, onde deveria proferir palestra, mas que nunca mais teve qualquer aproximação ou qualquer correspondência com o mesmo deputado.

IV.- O Dr. Athos Ábilhoa, nas razões de defesa, por sua vez nega, igualmente atividades contrárias ao regime democrático, afirmando de início, que o processo tem por fim, simplesmente averiguar atos contrários ao regime democrático não se tratando de perquirir quanto às convicções ideológicas, postas no plano puramente subjetivo; que a defesa deveria se limitar, unicamente a aspectos objetivos, mas que o peticionário

"em momento algum procurou esconder - suas convicções e não há razão, especialmente quando é acusado de crime - político, para deixar de também aqui

-continua-



com os opositores do governo do presidente João Goulart que articulavam o golpe civil/militar de 1964<sup>3</sup> e tornou-se um colaborador importante para a sua consolidação no Estado.

Ney Braga foi um dos primeiros governadores a declarar apoio ao golpe e à deposição do presidente João Goulart, chegando a participar como ministro de dois dos governos militares.

No Estado do Paraná as ações de repressão a cidadãos que contrariavam os interesses dominantes do golpe civil/militar de 1964 contaram com a colaboração do governo estadual e com a complacência dos integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público.

As primeiras indicações da repressão do regime militar a integrantes do sistema de Justiça vieram no depoimento à Comissão Estadual da Verdade da viúva do juiz de Direito Aldo Fernandes, ocasião em que se teve notícia dos procedimentos sumários que culminaram na sua aposentadoria compulsória, do processo de reabilitação e recondução ao cargo após a Lei da Anistia e da documentação relativa ao monitoramento da polícia de ordem política e social sobre os magistrados.

As pesquisas apuraram que, no âmbito do Judiciário Paranaense, 13 magistrados foram atingidos por medidas punitivas oriundas de julgamentos sumários da Comissão Especial de Investigação<sup>4</sup>, criada com base no Ato Institucional n.º 01 e instituída pelo governador do Estado no dia 10 de abril de 1964, que contava na sua composição com um desembargador do TJPR.

A maioria dos juizes aposentados compul-

<sup>3</sup>DEDA, Rhodrigo. Ney Braga conspirou contra Jango em 1964, diz general da reserva. Gazeta do Povo, 31/03/2009. Disponível em [www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=872708](http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=872708)

<sup>4</sup>A Comissão especial era presidida pelo general Gaspar Peixoto Costa, secretário de Interior e Justiça, tendo como membros o consultor geral dr. Alceu Ribeiro de Macedo e o desembargador Joaquim Oliveira Sobrinho e, como secretário executivo, o dr. Heraldo Vidal Correia.



Estado do Paraná  
COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA  
(Decreto nº 14.834, de 10/4/1964)

-V-

quanto ao Congresso de Trabalhadores Rurais de Maringá, justifica-o com o fato de ali haverem comparecido personalidades de diversas correntes políticas; diz que recebeu o convite, mas lá não esteve tendo enviado carta ao resistente do convite, advogado militante no foro de Londrina, com quem mantinha relações cordiais e que se ali tivesse comparecido isso não significaria em absoluto a prática de atos contrários ao regime, quando mais o seu não comparecimento?

Confirma que firmou, em 1.956, um manifesto em defesa da liberdade de imprensa em que constava que cada um dos signatários tinha ponto de vista político e ideológico próprio, mas que uniam-se entretanto como democratas e patriotas, em defesa comum da liberdade de imprensa.

O que examinando e,

CONSIDERANDO que há prova suficiente para que se conclua haver o Juiz Dr. Aldo Fernandes, participado, de movimentos que como é público e notório, se dirigiam contra a manutenção do regime democrático no País;

CONSIDERANDO que entre estas provas, a que mais impressiona é, - sem dúvida o "protocolo" firmado pelo mesmo indiciado, pelo qual, assumiu dele e os demais participantes, obrigações que não condizem, de modo algum com a nobre missão do Juiz, estabelecendo um programa - de defesa e divulgação das realidades da Revolução Cubana;

CONSIDERANDO que entre estas obrigações, solenemente assumidas pelo indiciado que, ao lado de sua assinatura ainda mencionou sua qualidade de "Juiz", figuram a de estudar em viagem programada - que após foi custeada, integralmente, pelo Governo Cubano e que lhe

-continua-



soriamente era acusada de envolvimento em atos de improbidade administrativa ou desvio de dever funcional, a partir de uma lista encaminhada pela cúpula do Tribunal de Justiça do Paraná à Comissão Especial. O Decreto Estadual 14.879/64, de 12 de maio de 1964, que publicou o "julgamento" da Comissão Especial revela que todo o processo transcorreu em apenas 28 dias corridos, tempo que certamente não favoreceu o exercício da ampla defesa e do contraditório.

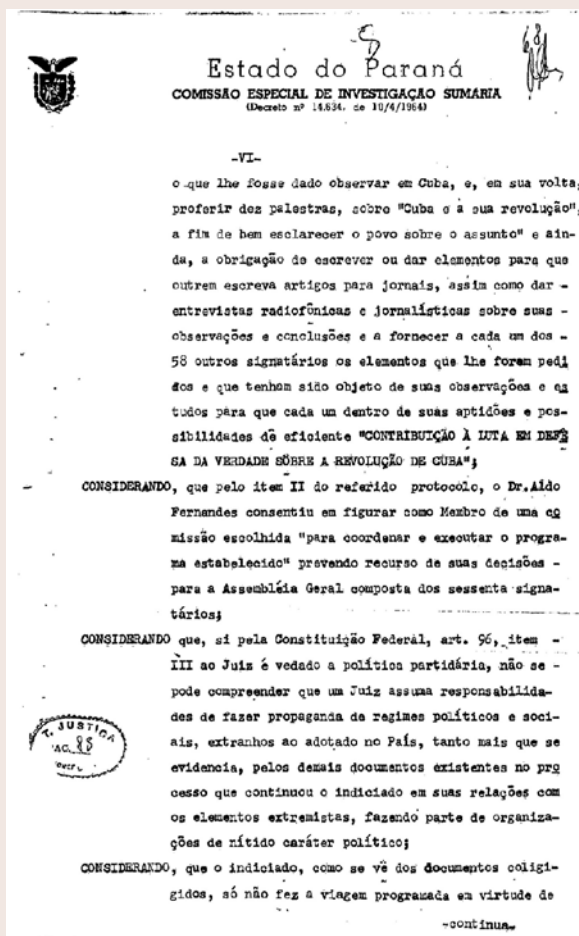
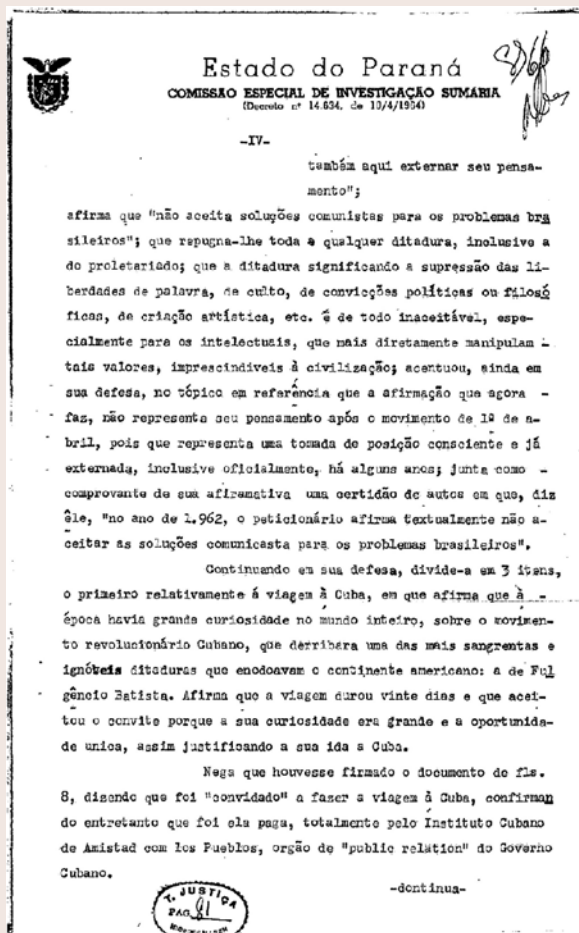
Dentre os penalizados, apenas o magistrado Aldo Fernandes foi indiciado por supostas práticas de atos subversivos e posturas tidas como atentatórias ao regime, a partir de investigações do DOPS. Sobre ele falaremos mais adiante.

Em 1973, os desembargadores Alceste Ribas de Macedo, presidente, e José Pacheco Jr., vice presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, foram afastados dos cargos e aposentados compulsoriamente com base no Ato Institucional n. 5.

Neste caso houve uma clara utilização das malfadadas disposições do AI 5 para resolver um conflito político local envolvendo os três poderes paranaenses.

Segundo matérias de jornais da época<sup>5</sup>, visava-se a atuação do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná em questões relacionadas aos aumentos dos subsídios dos magistrados, à sua prerrogativa de realizar a distribuição de cartórios e na disputa política deflagrada pelo agravamento do estado de saúde do então governador Parigot de Souza, já que naquele momento o presidente do Tribunal estaria na frente da linha sucessória, em caso de vacância do Governo.

<sup>5</sup>Disponível em <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R09175.pdf> e [http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_08&pagfis=37487&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader/#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=37487&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader/#)





Estado do Paraná  
COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA  
(Decreto nº 14.634 de 10/4/1964)

69

-VII-

em virtude de seus serviços forenses, cedendo, nos termos do item 10 do protocolo ao Promotor Público Dr. Athos de Santa Tereza Abilhoa, "a prerrogativa e as obrigações";

CONSIDERANDO que o Dr. ATHOS DE SANTA TEREZA ABILHOA, muito embora negue em sua defesa, a adesão ao protocolo - cuja foto cópia se acha às fls. 8, no entanto, a verdade é que pelos demais documentos se constata que substituiu ele o Dr. Aldo Fernandes, na viagem projetada que foi paga pelo governo de Cuba e assim, ficou, nos termos do item 10 do mesmo protocolo, - com a "prerrogativa" (?) e obrigações correlatas;

CONSIDERANDO, que o próprio indiciado Dr. Athos, se confessa - amigo de Manoel da Silva, advogado em Londrina e agitador conhecido;

CONSIDERANDO que na defesa oferecida, o indiciado se diz orientador do Sindicato dos Empregados do Comércio de - Londrina, com suas relações com os patrões, mas, verifica-se que tal sindicato foi o primeiro subscritor do Manifesto lançado em prol das atitudes comprometedoras do Governo deposto, que encaminhava o País para o comunismo;

CONSIDERANDO que o mesmo Dr. Athos Abilhoa, textualmente, em sua defesa, prega, abertamente, como político do Partido Trabalhista Brasileiro, a necessidade da urgente reformulação da estrutura sócioeconômica do país, - cujos velhos e enferrujados grilhões vem servindo de peia ao desenvolvimento nacional";

CONSIDERANDO assim, de todo irrelevantes as defesas oferecidas, com os documentos que as instruíram;

-continua-



Estado do Paraná  
COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA  
(Decreto nº 14.634, de 10/4/1964)

70

-VIII-

A COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA, nos termos do decreto número 14.634 de 10 de abril do corrente ano e do PA REZER que incide em os indiciados nas sanções do art. 7º do Ato Institucional, sugerindo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, a aplicação da pena de APOSENTADORIA, com proventos proporcionais ao tempo de serviço de cada um, sem prejuízo dos processos criminais a que os mesmos respondam perante a - Justiça competente.

Curitiba, 5 de junho de 1.964.

General GASPAR FÉLIX COSTA

DR. ALCEU RIBAS DE MACEDO

DESEMBARGADOR JOAQUIM DE OLIVEIRA S

DR. HERALDO VIDAL CORREIA  
Sec. Executivo



Provavelmente por isso os desembargadores Alceste Ribas de Macedo e José Pacheco Junior, que ocupavam o cargo de Presidente e Vice Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, tiveram a aposentadoria compulsória imposta pelo Decreto do Presidente da República publicado em 30 de maio de 1973.

No âmbito do Ministério Público do Paraná, as pesquisas indicaram que o regime autoritário perseguiu, cassou os direitos políticos e puniu com a aposentadoria compulsória os promotores de Justiça Noel Nascimento e Athos de Santa Tereza Abilhoa, ambos pela prática de "atos de subversão". Também, foi constatada a detenção arbitrária, por mais de 30 dias, do promotor de Justiça Paulo Ovídio dos Santos Carrilho.

Em relação aos advogados, a Comissão Estadual ouviu o relato de vários advogados e estudantes de Direito perseguidos à época do regime militar. Houve advogados que sofreram restrições ao exercício profissional por atuar em defesa de presos e perseguidos políticos, como foi o caso de Oto Luiz Sponholz que se tornaria posteriormente presidente da OAB, desembargador e presidente do TJPR.

Outros tantos advogados e estudantes de Direito foram submetidos a tortura, detenções ilegais e outras violações aos direitos humanos durante o período de regime ditatorial civil/militar.

Um caso emblemático atingiu o advogado e professor José Rodrigues Vieira Netto que foi alvo de perseguição por suas posições políticas, inclusive pelo próprio reitor da Universidade Federal do Paraná que o proibiu de participar da cerimônia de formatura do curso de Direito, em 1964.

Em 16 de setembro de 1967, Vieira Netto foi levado a prisão no Quartel do Exército no Boqueirão, em Curitiba, onde permaneceu preso até 6 de novembro do mesmo

ano, incomunicável nos primeiros 30 dias. Em seu interrogatório, o professor Vieira Netto declarou que foi “preso nas piores condições, sem ordem judicial ou respeito às prerrogativas de advogado e professor catedrático; que ao ser interrogado ficou em um cubículo infecto, de péssima comida e incomunicável; que foi interrogado com metralhadora à vista e ameaçado por um oficial; que sua casa e escritório foram violados”, entre outras irregularidades<sup>6</sup>.

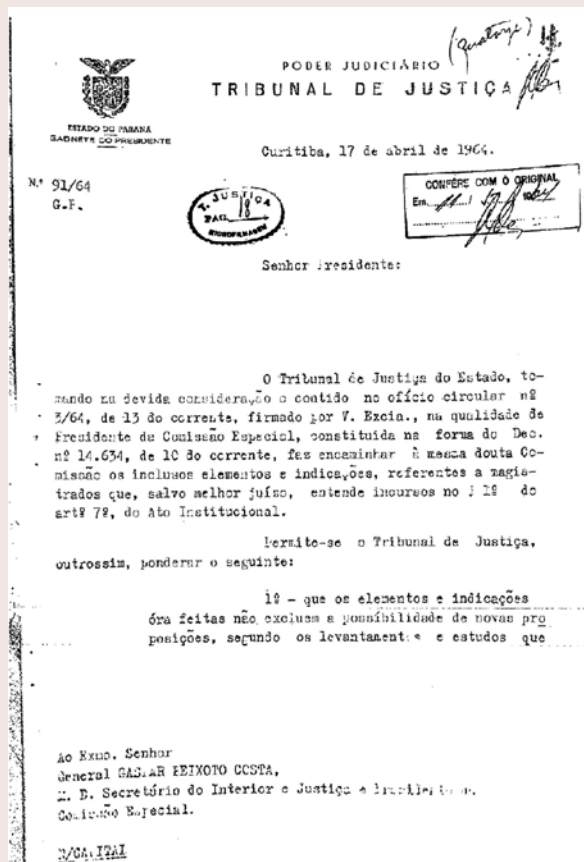
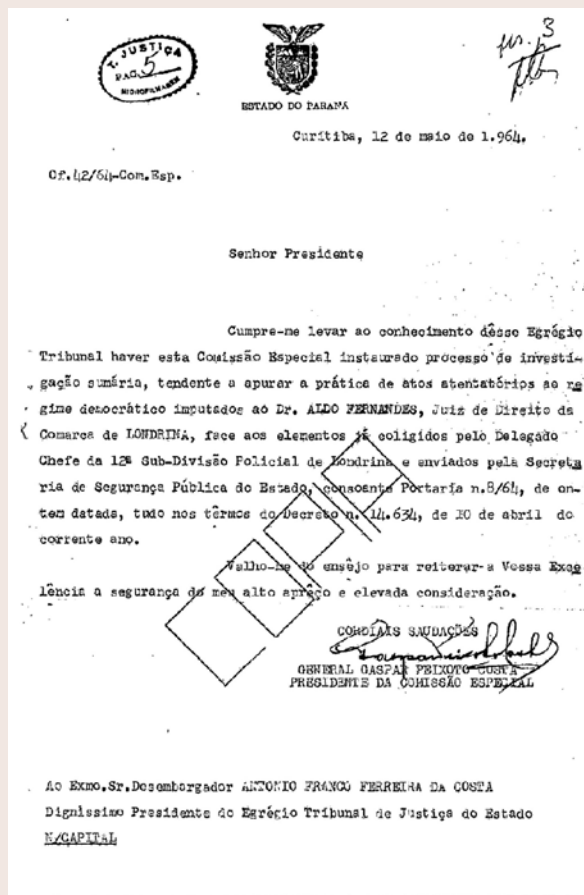
O desembargador Oto Luiz Sponholz, no início de sua carreira de advogado, chegou a ser preso e processado pelo regime militar, em 1964, tanto pela sua atuação como dirigente estudantil quanto pela atuação na defesa de presos políticos. Ele narrou ao jornalista Milton Ivan Heller um episódio ocorrido no Paraná quando o advogado José Lamartine Correa de Oliveira recebeu voz de prisão enquanto fazia uma defesa na Justiça Militar, ocasião em que todos os advogados presentes se declaram “...igualmente presos”<sup>7</sup>. O gesto de solidariedade dos colegas resultou no relaxamento imediato da prisão do também professor Lamartine, que foi proibido de voltar a atuar na Justiça Militar.

## O Juiz Aldo Fernandes

Pelo que foi possível apurar nos documentos e depoimentos que embasaram o relatório da Comissão Estadual da Verdade, o magistrado Aldo Fernandes parece ter sido alvo da única punição associada a questões de natureza político ideológica, como sugere a troca de correspondência entre o presidente da

<sup>6</sup>Katzwinkel Júnior, Edgard. O mestre que padeceu por ser um intelectual. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-direito/artigos/conteudo.phtml?id=1334367&tit=O-mestre-que-padeceu-por-ser-um-intelectual>

<sup>7</sup>HELLER, 1988, p.216



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTÉM COM O ORIGINAL  
Em 11/12/64

continuam sendo feitos;

2º - que, especificamente, em razão da prática de atos atentatórios do regime democrático e da segurança do País, por Juiz ou servidor do Poder Judiciário, não dispõe a Secretaria de qualquer assentamentos, que nunca existiram, louvando-se, portanto, neste particular, naquilo que for do conhecimento das autoridades competentes;

3º - que, suspensas as garantias constitucionais de vitaliciedade e competência ao Governador do Estado a aplicação das penas cabíveis às pessoas tidas como incursores no citado § 1º, do art. 78, do Ato Institucional, deixa de manifestar-se a câmara da espécie.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excia. e aos dignos membros dessa Douta Comissão Especial os protestos de nossa consideração e apreço.

Cordiais Saudações.

Antonio Franco Ferreira da Costa  
Presidente do Tribunal de Justiça

Estado do Paraná  
COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA  
Decreto nº 14.654, de 10/4/1964

Curitiba, 5 de junho de 1964

15/64-Corr. Rep.  
SECRETARIA DO GOVERNO  
PROTOCOLO Nº 09634  
Em 11/6/64

Senhor Governador

Com a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, nos termos do Decreto n.º 14.654 de 10 de abril do corrente ano, o processo n.º 5/64 em que são interessados os Drs. ALDO FERNANDES, Juiz de Direito e ATHOS DE SANTA TEREZA ABILIMÁ, Promotor Público, ambos da Comarca de Londrina, com o Parecer n.º 5/64 desta Comissão.

Reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

General GASPARI PRÊMIO CORREA  
Presidente

SECRETARIA DO GOVERNO  
PROTOCOLO Nº 17.6.164  
Em 17.6.1964

SECRETARIA DO GOVERNO  
PROTOCOLO Nº 2763  
Em 21.6.1964

Excelentíssimo Senhor  
HEX BRAGA  
Legislação Governador do Estado do Paraná  
JUSTIÇA

654

23/10/70  
35

Governo do Estado do Paraná

DECRETO Nº 14879

RESOLUÇÃO 0995

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 78, § 1º, do Ato Institucional e de acordo com o Parecer nº 1/64, da Comissão Especial instituída pelo Decreto nº 14.654, de 10 de abril de 1964,

Resolve aposentar, compulsoriamente, com proventos anuais e proporcionais, os Juizes WILSON BALSTEN, ALFREDO FORTUVAL MITCHEK, GALERIO MATTES LE BRITO, BASILIO RUCK, JOSÉ ELIAS KREMER, BARTHELOMEU HEVY, IRINEU GONÇALVES LE OLIVEIRA e CARLOS OTAVIO BENEZIRA VALENTE, do Quadro da Justiça.

Curitiba, em 12 de maio de 1964, 1430 de Independência e 76º de República.

W. Braga  
S. Braga

SECRETARIA DO GOVERNO  
PROTOCOLO Nº 13.5.164  
Em 13.5.1964

SECRETARIA DO GOVERNO  
PROTOCOLO Nº 14.5.64  
Em 14.5.1964

Comissão Especial e o presidente do Tribunal de Justiça de então.

Quando atuava no Norte do Paraná este magistrado sofreu uma série de denúncias de setores cujos interesses eram contrariados em suas decisões judiciais, nas quais reconhecia direitos de trabalhadores e de pequenos proprietários rurais, posturas profissionais que algumas pessoas consideravam alinhadas com a esquerda. Estas denúncias fizeram com que o magistrado fosse monitorado pelas Delegacias de Ordem Política e Social do Paraná e de São Paulo, desde 1957, preso em 31 de maio de 1964 e a ter seus direitos políticos cassados por 10 anos pelo presidente da República, em ato datado de 08 de maio de 1964.

Por recomendação da citada Comissão Especial de Investigação Sumária, o juiz Aldo Fernandes foi aposentado compulsoriamente pelo governador do Estado, em 11 de junho

do mesmo ano.

A prisão do magistrado ocorreu em Curitiba, quando ele se encontrava no prédio do Tribunal de Justiça e na companhia de seu colega Jorge José Domingos. Segundo Domingos, os militares "cercaram o prédio com viaturas do Exército e homens armados. Se não fosse a interferência do então delegado de Ordem Política e Social, Miguel Zacarias, o Tribunal teria sido invadido por militares para prender o Aldo. Miguel Zacarias o tirou do Tribunal e ele foi entregue aos militares".<sup>8</sup>

Em 1975, mais de uma década depois da sua aposentadoria compulsória, o magistrado foi indiciado no Inquérito Policial nº 06/75- DOPS PR e foi novamente preso na chamada Operação Marumbi, que apurava atividades do Partido Comunista Brasileiro. A família relata que durante essa prisão o juiz

<sup>8</sup>Depoimento extraído de HELLER, 1988, p.534.

Aldo Fernandes sofreu tortura, mas que se recusava a falar sobre isso. O documento oficial do seu interrogatório apenas faz referência a uma quantia em dinheiro repassada a um suposto integrante do PCB que o juiz interrogado declarou ser uma contribuição para a publicação de um livro sobre o conflito do Oriente Médio. Após responder ao processo em liberdade, Aldo Fernandes acabou sendo absolvido nos procedimentos conduzidos pelo Conselho Especial de Justiça Militar, em 1977, e pelo Superior Tribunal Militar, em 1979.

Com o advento da Lei n. 6.683/79, a Lei da Anistia, Aldo Fernandes requereu e teve sua aposentadoria revertida pelo Tribunal de Justiça do Paraná, em 21 de maio de 1980. Ainda em 26 de maio o magistrado reassumiu suas funções na comarca de entrância intermediária de Irati e, no mês de junho do mesmo ano, foi promovido para a função de juiz de Direito Substituto de entrância final em Curitiba.

Em 28 de setembro de 1981, aos 65 anos de idade, solicitou sua aposentadoria na condição de juiz substituto de entrância final.

O dr. Aldo foi abruptamente afastado de suas funções aos 49 anos de idade e 18 anos de magistratura e, apesar de o Tribunal de Justiça do Paraná tê-lo reintegrado aos quadros ativos da magistratura em 1980, durante 16 anos o juiz e sua família viveram a triste experiência de conviver com a indiferença de seus pares e da instituição a que servia e o sentimento de revolta das vítimas da injustiça dos homens.

Certamente o retorno à atividade profissional aos 65 anos de idade, no mesmo estágio da carreira que atingira por seus méritos 16 anos atrás, não foi reparação suficiente.

A Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban, entendeu que a família do dr. Aldo Fernandes e especialmente sua viúva sra. Zuleika



## **Maria Aparecida Blanco de Lima**

Natural de Campo Grande (MS), filha de Francisco Blanco e de Maria Viegas dos Santos, nasceu em 04 de fevereiro de 1950. Bacharela em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Turma 1975. Pós-graduada em Sociologia Política - UFPR e em Direito Tributário e Administrativo - Escola da Magistratura do Paraná.

Ingressou na magistratura paranaense em 09 de dezembro de 1980, na função de juíza substituta da Seção Judiciária de Foz do Iguaçu. Em 1983, após concurso, foi nomeada juíza de direito na comarca de entrância inicial de Guaraniaçu, promovida para a entrância intermediária de Pato Branco, em seguida, entrância final de Londrina e chegou a Curitiba no ano de 2001, titular da Vara Cível. Escolhida juíza de direito substituta em 2002 e promovida, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, em 23 de março de 2007. Integra a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça e eleita Ouvidora do TJPR na atual gestão 2019/20. É presidente da Comissão Estadual da Verdade Tereza Urban e, no magistério, é Coordenadora do Curso de Pedagogia da Unibrasil-Centro.



Maranhão Fernandes, sentir-se-iam reconfortados com uma manifestação de apreço, solidariedade e homenagem do Tribunal de Justiça e da magistratura paranaense e levou este pleito ao então presidente, desembargador Renato Braga Bettega.

Como o TJPR estava executando as obras do novo Centro Judiciário, o presidente propôs reservar um espaço no prédio histórico do Presídio do Ahu para abrigar uma sala para a preservação da memória do edifício e das vítimas de violações de direitos humanos. Assim nasceu o LUME – Lugar de Memória Juiz Aldo Fernandes, um ambiente de cultura e história localizado em um edifício de interesse de preservação sob responsabilidade do Poder Judiciário, no qual estavam disponibilizadas informações, documentos digitalizados do acervo da Comissão Estadual da Verdade, a estudantes, pesquisadores, familiares das vítimas e ao público em geral.

### **Referências**

DEDA, Rhodrigo. Ney Braga conspirou contra Jan- go em 1964, diz general da reserva. Gazeta do Povo, 31/03/2009. Disponível em

[www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=872708](http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=872708)

HELLER, Milton Ivan. Resistência Democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, Poder e Riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. In Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 150-169.

KATZWINKEL JÚNIOR, Edgard. O mestre que padeceu por ser um intelectual. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justica-direito/artigos/conteudo.phtml?id=1334367&tit=O-mestre-que-padeceu-por-ser-um-intelectual>

# Centro Judiciário de Curitiba

*Ministra Denise  
Martins Arruda*

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, em 09 de março de 2020, sob a presidência do des. Adalberto Jorge Xisto Pereira aprovou, por unanimidade, o nome da ministra Denise Martins Arruda para designar o Centro Judiciário de Curitiba. Nesse março, Mês da Mulher, a homenagem do Tribunal de Justiça do Paraná foi para a primeira magistrada paranaense a assumir o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça. O presidente enalteceu o trabalho da homenageada na magistratura paranaense pela dedicação, retidão e sabedoria. A nomeação constitui um justo reconhecimento ao seu profícuo trabalho durante os anos em que julgou no Paraná.

Denise Martins Arruda é filha de Oscar

Virmond de Arruda e de Elze Martins de Arruda, neta do des. João José de Arruda Júnior. Nasceu no dia 09 de fevereiro de 1941, na cidade de Guarapuava (PR). Concluiu o curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Turma 1963. Bacharel, trabalhou no escritório de advocacia do doutor José Rodrigues Vieira Netto, amigo de seu pai, reconhecido pelo saber jurídico e oratória fluente. Durante quase dois anos, datilografou todos os pronunciamentos, arrazoados, textos e aulas que em pé, o consagrado advogado e professor lhe ditava, inclusive, o mais veemente discurso de paraninfo da Faculdade de Direito, o da Turma de 1964.

O discurso, Sobre as Quatro Liberdades,





ficou famoso, por não ter sido lido na solenidade de colação de grau, por deliberação do reitor. O professor Vieira Netto desenvolveu o tema de improviso, denunciando o clima de intolerância e ódios pessoais a pretexto de uma revolução. Acabou preso naquela oportunidade e o discurso sumiu. Reapareceu anos mais tarde, escondido que fora nos escaninhos do sótão de uma residência. Depois disso e contrariando o desejo da família, ingressou na magistratura paranaense, aprovada no concurso de 1966, foi nomeada para o cargo de juíza substituta na Seção Judiciária de Jacarezinho. Após outro concurso, agora para juiz de direito, julgou nas comarcas de Mallet, Jandaia do Sul, Peabiru, Londrina e Curitiba, aonde chegou em 1978. Escolhida juíza do Tribunal de Alçada em 14 de setembro de 1993 e eleita vice-presidente no biênio 2001/02, sendo a primeira mulher a ocupar cargo na cúpula do judiciário paranaense. No dia 29 de janeiro de 2002 foi promovida a desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná.

Indicada por seus pares do Tribunal paranaense foi nomeada, em 18 de maio de 2003, ministra do Superior Tribunal de Justiça, a quarta mulher no Brasil e a primeira paranaense a assumir tal função.

Aposentou-se em 06 de abril de 2010 e faleceu em 2013, aos 72 anos. Dedicou sua vida à Justiça, honrando a toga e dignificando a judicatura, conquistando, por seu bom senso, erudição, tirocínio e total imparcialidade, o respeito, a admiração e a consideração dos advogados, magistrados, membros do Ministério Público e serventuários por onde exerceu sua atividade judicante. A Ordem dos Advogados, Seção Guarapuava, promove concurso de artigos jurídicos que leva seu nome e o Fórum Eleitoral de Mallet, igualmente a homenageia.



## Centro Judiciário de Curitiba

Após 18 meses de obras, o terreno que abrigava o Presídio do Ahu recebeu as instalações do Fórum Criminal e dos Juizados Especiais da Capital, em 20 de julho de 2018. Presidiu a solenidade de inauguração o des. Renato Braga Bettega, então presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e, na ocasião, foram recepcionados magistrados, advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público e demais autoridades.

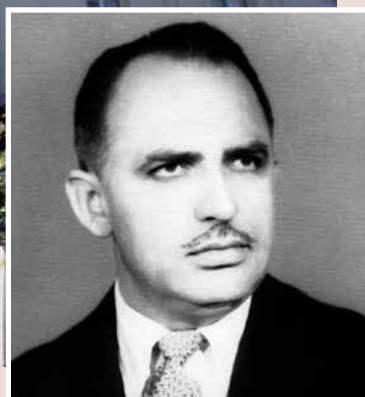
O prédio possui uma área de 15.994,72m<sup>2</sup>, abrigando as 13 Varas Criminais da Capital, a Central de Custódia, o Plantão Judiciário, as 1ª e 2ª Varas de Execução das Penas e Medidas Alternativas (VEPMA), as 1ª e 2ª Varas de Delito de Trânsito e a Vara de Auditoria da Justiça Militar.

No outro prédio está localizado o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Cível, 1ª Seção Judiciária, ocupando área de 10.298,59 m<sup>2</sup>, dividida em quatro pavimentos. São 42 salas, de audiência e de conciliação, além de gabinetes para magistrados e suas assessorias.

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná, a Defensoria Pública e o Ministério Público do Paraná receberam espaços específicos para atuar no Centro Judiciário.

E há também a SALA LUME, Lugar de Memória Juiz Aldo Fernandes, um espaço dedicado à memória dos atos de exceção cometidos naquela época.

Aldo Fernandes nasceu em 1915, filho de Salvador Dias Fernandes e Florença Daros



**Aldo Fernandes.**

Fernandes. Bacharel pela Faculdade de Direito do Paraná, Turma de 1946. Ingressou na magistratura no mesmo ano, no cargo de juiz substituto de Sengés e designado para atender Guarapuava, Morretes, Palmas, Tibagi, Bocaiúva do Sul, Paranaguá, Curitiba, Ponta Grossa, Pitanga e Laranjeiras do Sul.

Em dezembro de 1948, após novo concurso, foi nomeado juiz de direito de Pitanga. Promovido para as comarcas de Piraí do Sul, Palmas, Cornélio Procópio e Londrina, sucessivamente. Em 1957, participou da primeira diretoria da Associação dos Juízes de Direito do Paraná, sendo o 1º secretário daquela agremiação. Em maio de 1964 teve seus direitos políticos cassados e compulsória aposentadoria. Em maio de 1980 tal ato foi revertido

e voltou às suas funções, no cargo de juiz de direito em Irati. No mês seguinte, foi promovido a juiz de direito substituto de entrância final da Capital. Aposentou-se em 1981. Faleceu em 2010. Empresta seu nome ao Fórum Eleitoral de Ortigueira e ao Memorial do Centro Judiciário Ministra Denise Martins Arruda. Casado com a parnanguara Zuleica Maranhão Fernandes, professora de Português e Literatura, nascida no ano de 1917. Mulher delicada e afeita às letras, datilografou as sentenças e despachos do marido magistrado durante toda a carreira. Faleceu aos 97 anos, em 2014. É tia dos desembargadores Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes e Clayton de Albuquerque Maranhão, atual diretor da Escola da Magistratura do Paraná.

# Um admirável mundo novo

*'A vida só pode ser compreendida olhando para trás; mas só pode ser vivida olhando para frente'*

Kierkegaard

**Por Adalberto Jorge Xisto Pereira**

É certo que o avanço tecnológico trouxe muitos benefícios para os seres humanos, sobretudo no campo da saúde. Isso é fácil de comprovar. Mas trouxe também consequências negativas para a espécie humana. Os algoritmos decidem nossas vidas e com isso estamos perdendo, em parte, o nosso livre arbítrio e o nosso senso de humanidade.

Não posso me furtar a destacar os enormes benefícios dessa espetacular revolução tecnológica. Ela tem sido fundamental para o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná durante esse período de isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19.

Nosso TJ é hoje o Tribunal de grande porte

mais bem equipado em tecnologia e material humano. A propósito, quase 80 anos atrás, Charlie Chaplin afirmou: *'Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade'*. Eu faria um complemento: *'E o Tribunal de Justiça do Paraná tem seres humanos por trás de excelentes máquinas'*.

Essa frase reflete de maneira cristalina o que sempre defendi desde que assumi a presidência: o principal foco da nossa administração



## Palavras do des. Xisto em seu discurso de posse, dirigidas aos magistrados paranaenses

...dirijo algumas palavras aos magistrados do meu Estado, convidando-os a refletir sobre a enorme responsabilidade social que carregam sobre seus ombros, pois têm em suas mãos parcela de autoridade e disponibilidade da própria criatura humana. É o juiz quem interfere e delibera sobre o patrimônio econômico das pessoas. É quem regula e dá às pessoas permanência ou não nos laços de família. É quem restringe ou dilata a liberdade das pessoas, pois à sua ordem as portas das prisões se fecham ou se abrem para a liberdade. É o juiz quem tem a possibilidade de manter incólume a honra das pessoas nas causas de calúnia, injúria ou difamação. É quem, em suma, goza da possibilidade de interpretar e aplicar a lei e distribuir Justiça. É preciso, então, que tenhamos em mente, sempre, que da nossa decisão depende o destino de muitas vidas, que precisamos ser dignos dessa excelsa missão, que o bom juiz é movido por duas extraordinárias forças, a vocação e o amor à Justiça, e que não podemos nos esquecer do papel do juiz moderno, segundo Low L. Fuller: *'Não há mais lugar para a figura hierática, autoritária e dura do magistrado de casta, isolado da vida e da sociedade e envolto no orgulho de sua toga, como um nobre romano tomado de horror ao vulgo profano. A atividade do juiz deve ter um cunho prático e humano, com grandeza de alma, tato e simpatia, de par com o conhecimento exato das realidades da vida'*.

serão as pessoas. Humanidade remete a humanismo, e humanismo diz respeito a pessoas. Essa é a chave da boa administração.

Nossa gestão foi baseada em dois importantes princípios. Primeiro, o princípio da absoluta valorização das pessoas que trabalham na Instituição: magistrados, servidores, serventuários, estagiários e colaboradores vinculados às empresas terceirizadas. Segundo, o princípio do absoluto respeito aos interesses dos jurisdicionados, das pessoas que se socorrem dos serviços judiciários em busca de seus direitos.

Por isso, incentivamos todas as práticas que trouxeram bem-estar e harmonia ao ambiente de trabalho; apoiamos todas as ações que estimularam o desenvolvimento pessoal e profissional e que aumentaram a eficiência e a produtividade junto com a felicidade. Somente assim é possível cumprir, de forma eficiente, a importante missão do Poder Judiciário, de oferecer aos jurisdicionados, em prazo razoável, a prestação jurisdicional, a solução para as suas demandas.

Num mundo que, aos poucos, vai sendo dominado pela tecnologia, é bom que antes de virarmos 'máquinas' cultivemos, como ensina Mohammed Bin Rashid Al Maktoum, o grande idealizador e construtor da atual Dubai, mais as emoções positivas, principalmente aquelas que criam relações cordiais ou laços afetivos entre as pessoas, sobretudo entre os integrantes de equipes de trabalho.

Sim, precisamos das máquinas, da tecnologia. Vivemos na Era Digital. É evidente que, para atender com mais eficiência e rapidez as necessidades da população, o Poder Judiciário se vale de todos os recursos tecnológicos modernos. E essa pandemia provou que o investimento que fizemos em máquinas e pessoas resultou em uma produtividade excepcional.



## **Adalberto Jorge Xisto Pereira**

Nasceu em 23 de abril 1963, em Curitiba (PR), filho de Gilberto de Assis Pereira e Tereza Xisto Pereira. Iniciou seus estudos no Colégio Estadual Vila Isabel, formando-se em Contabilidade. Aprovado para o cargo de Técnico Judiciário do TJPR, concluiu o bacharelado em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Turma 1988. No ano seguinte, submetido a concurso, passou a integrar o Ministério Público, na função de Promotor de Justiça. Outro concurso e ingressou na magistratura paranaense. Em 15 de junho de 1990 foi nomeado juiz substituto da Seção Judiciária de União da Vitória. Em 12 de abril de 1991, promovido ao cargo de juiz de Direito, passou a exercer suas funções na comarca de Realeza, julgando ainda em Siqueira Campos, Toledo, Ponta Grossa e Curitiba, respectivamente. Na Capital foi titular da 12ª Vara Cível e da Vara de Registros Públicos.


Juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça nas gestões 1997/98, 1999/2000 e da presidência do TJPR - gestão 2003/04. Promovido a juiz substituto em segundo grau, em 28 de setembro de 2008 e pelo critério de merecimento, ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Membro da Comissão de Regimento Interno do TJPR, gestões 2009/10 e 2011/12 e do Conselho da Magistratura.

No Tribunal Regional Eleitoral do Paraná exerceu, no ano de 2016, o cargo de vice-presidente e em 2017, foi escolhido presidente daquela corte.

No magistério, lecionou Direito Processual Civil nas Faculdades de Direito da Unipar - Campus Toledo e na Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Campus Curitiba. Na Amapar exerceu o cargo de diretor da Escola da Magistratura, Núcleo de Curitiba, em 2002/03 e foi conselheiro da Escola de Servidores da Justiça Estadual, em 2007/09.

Em 2017 foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, assumindo suas funções 01 de fevereiro de 2019, para o biênio 2019/20.

Esportista, jogador de futebol, integrante do selecionado da magistratura. 

É sabido também que a Administração Pública – e aí se inclui o Poder Judiciário – vem utilizando a Internet – esse milagroso recurso tecnológico que permite a comunicação global e instantânea –, para reduzir a circulação de papéis e, conseqüentemente, facilitar aos cidadãos o acesso às informações. E nesse ponto, nosso Tribunal é o único do país com 100% de seus processos tramitando digitalmente, sem a utilização de papel.

Utilizamos, portanto, todos os recursos de que dispúnhamos para aumentar a produtividade e a eficiência da Administração Pública, como vem acontecendo, no caso do Poder Judiciário, por meio da acelerada implantação das ferramentas tecnológicas de comunicação digital e de informatização processual. Mas o que desejo novamente ressaltar é que o elemento mais importante em todo esse processo sempre foi o ser humano.

As máquinas prestam bons serviços e até podem ser programadas para pensar, mas não podem expressar autênticas emoções. Apenas os seres humanos possuem sentimentos e são capazes de externar emoções positivas que podem contribuir para o bem-estar e a felicidade das pessoas.

Por isso, o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e teletrabalho, a melhoria da comunicação interna e externa garantindo o acesso às informações públicas, o aprimoramento da gestão de pessoas e o fortalecimento das relações institucionais foram metas que procuramos alcançar, norteadas pela ética, pela responsabilidade social, pela sustentabilidade e pela acessibilidade.

O tripé eficiência, moralidade e transparência foi nossa viga mestra, marcada pela harmonia e trabalho colaborativo e participativo no ambiente institucional.

Unidos vencemos os desafios e obtivemos bons resultados.

# À frente de seu tempo

*Des. Zeferino Mozzato Krukoski*

Nasceu em 06 de julho de 1920, no Distrito de Vera-Guarani, município de São Mateus do Sul (PR). Filho de José Resko Krukoski e Corina Mozzato Krukoski. Realizou os estudos preliminares em sua terra natal. Transferido para Curitiba foi matriculado no Internato Paranaense e no Colégio Parthenon Paranaense, onde concluiu o ginásio e iniciou o pré-jurídico.

Na juventude, dedicou-se aos estudos, à leitura, sem deixar de ser um esportista. Aficionado ao motociclismo, praticava ainda pesca esportiva e foi proprietário de dois barcos de passeio. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, Turma 1943. Casou-se com Dinorah Toledo Krukoski, em 1946, e são pais de: Cibele, Gisele e Luiz Fernando. No ano

de 1945 foi nomeado Adjunto de Promotor Público para o Termo de Colombo, após prova oral e de títulos. Ingressou na magistratura em 1948, na função de juiz de direito substituto em Bocaiúva do Sul, julgando, por designação, nas comarcas de Guarapuava, Laranjeiras do Sul, São José dos Pinhais e Cerro Azul.

Aprovado em outro concurso, de 1949, assumiu o cargo de juiz de direito em Bocaiúva do Sul, sendo removido, por permuta, para Mandaguari. Em 1953, o presidente do TJPR, desembargador José Munhoz de Mello, designou-o para instalar a comarca de Maringá e ser o seu primeiro juiz. O ato ocorreu em 09 de março de 1954. Dez anos após, 1964, foi promovido para a 4ª Entrância da Capital, assumindo a titularidade na 8ª Vara de Substituição





**Zeferino Mozzato Krukoski – Turma 1943 – UFPR.**



Pronto para nova aventura...



**Tribunal Pleno**  
**Des. Zeferino Krukoski e des. Marino Braga.**



**Juiz de Alçada Zeferino Krukoski e sua esposa**  
**Dinorah Toledo Krukoski.**

e, em seguida, a 5.<sup>a</sup> Vara Criminal de Curitiba.

Em 1967 foi promovido ao cargo de juiz de Direito Substituto em 2<sup>a</sup> Instância. Em 1970, o presidente do TJPR, desembargador Alceste Ribas de Macedo, instalou o Tribunal de Alçada do Paraná, com dez membros, os juizes de Alçada. A Corte funcionava no 7<sup>o</sup> andar do Palácio da Justiça. Na ocasião, o magistrado Zeferino Krukoski foi nomeado juiz de alçada e eleito, por seus pares, presidente. Em 1973 foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, cargo que ocupou por 17 anos. Integrou o Conselho da Magistratura, o Órgão Especial e o Tribunal Pleno.

Entusiasta de inovações tecnológicas, participou das tratativas para a implementação da informática no Poder Judiciário paranaense, quando foram adquiridos os primeiros aparelhos de computação, promovendo o conhecimento e o uso dessa nova ferramenta entre os funcionários, precursora do processo eletrônico. Na ocasião, foram adquiridas as primeiras unidades de armazenamento de dados, computadores e contratados técnicos para treinamento de funcionários. Juntamente com o desembargador Marçal Justen elaborou o Código de Organização e Divisão do Estado, que entrou em vigor em dezembro de 1976 até janeiro de 1980. Em 1974 foi escolhido presidente do Tribunal Regional Eleitoral, gestão 1975/76, onde também exerceu cargo de corregedor no biênio seguinte, 1977/78. Em dezembro de 1978 foi eleito 1<sup>o</sup> vice-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, gestão 1979/80.

Magistrado dedicado, estudioso, honrou a magistratura, agindo com segurança e equilíbrio, participando de ações progressistas e transformadoras para o Judiciário paranaense.

Em 1957, integrou o grupo de fundadores da Associação dos Juizes de Direito do Paraná, a primeira no gênero no país, decidindo assuntos

fundamentais para a manutenção da entidade. Participou das primeiras diretorias, fato que contribuiu na criação, instalação e consolidação da Amapar.

A Amapar nominou a sede esportiva de Piraquara, então o seu maior patrimônio, com o nome desse saudoso e destacado associado, justamente aquele que solucionou inúmeros problemas, fossem de ordem prática e jurídica referentes ao imóvel, quanto ao comodato, a passagem da estrada, desvio de córrego, aquisição de área contígua, compactação do terreno nos trinta anos que antecederam a inauguração daquela sede.

Aposentou-se em 1990, após 43 anos de judicatura e mais de 50 anos de serviço público. Por seus reconhecidos méritos foi considerado o *Homem da Justiça e Personalidade do Ano de 1977*, pela revista paranaense Panorama. Recebeu o título de *Cidadão Honorário* nos municípios de Altônia, Barracão, Palmital, São João do Ivaí, Terra Rocha e Maringá. Faleceu em 31 de dezembro de 1991. A cidade de Maringá homenageou-o denominando um Centro de Educação Infantil (CMEI) com seu nome e, a de Curitiba, um jardinete no Jardim Social.

É patrono do Fórum da Comarca de Colorado e do Fórum Eleitoral de Cianorte.





**Dinorah e Zeferino em 02 de março de 1946.**

**1º Encontro de Presidentes do Tribunal de Alçada e Justiça no Rio de Janeiro, em 1971.**



## **Centenários Marino, Zeferino e Meger**

Neste ano de 2020 comemoramos o centenário de nascimento dos magistrados Marino Bueno Brandão Braga, Zeferino Mozzato Krukoski e José Meger. Juizes experientes uniram saber e erudição para cumprir seu desiderato e alcançar o ápice da carreira, o cargo de desembargador.

O des. Marino, 44 anos de magistratura, atingiu todos os cargos de liderança do Poder Judiciário. Sua biografia, feitos jurídicos, literários e esportivos, aparecem na revista *Toga e Literatura* #8 - dezembro de 2011, escrita por sua filha Marília Braga Maingué.

O des. Meger foi o biografado na revista *Toga e Literatura* #14 – agosto de 2017, com subsídios fornecidos pelos filhos Mari e José Carlos Meger. Admirado pela coragem, sacrifício e disciplina, viveu por 96 anos. Galgou os escalões da magistratura com sabedoria e equilíbrio.

E o des. Zeferino estreia nesta publicação. Durante os 42 anos de julgador demonstrou sapiência e liderança, superando um a um os embates surgidos. As imagens do avô magistrado e esportista foram cedidas por seu neto, Luís Andreas Krukoski Romero. ✎

# Primeiro de Maio

**Por Marília de Oliveira Viel**

Quando me casei, em 1967, com o promotor de Justiça de minha cidade natal, Luiz Viel, não imaginava a reviravolta que sofreria minha vida. Estava acostumada à rotina de moça solteira e vivia longe do convívio familiar, pois estudava em colégio de freiras. No entanto, logo que conheci o homem que veio a ser meu marido, rapidamente por ele me apaixonei. Entre nos conhecer, namorar, noivar e casar passou-se o instante de um ano.

Inicialmente, logo após a união, fomos residir em Primeiro de Maio, pequena cidade ao norte do Estado, perto da grandiosa e bela Londrina, capital do promissor Norte Novo.

A primeira impressão do local, o que me

marcou, foi inevitavelmente a cor da terra. Os lugares em que eu havia morado até então eram de terra mais clara. Mas em Primeiro de Maio sua tonalidade era bem avermelhada, o que me forçou a evitar o branco em roupas, calçados, mobília, eletrodomésticos, já que tudo ficava impregnado da cor da terra.

Naquela pequena e simpática cidade meu amor por meu marido desabrochou de forma intensa. Nosso relacionamento com as pessoas que se aproximavam de nós me fazia muito feliz e era nítido o respeito e admiração que os cidadãos nutriam por meu marido. Era natural nele a simpatia, o modo como cativava e se comunicava com as pessoas, fossem elas simples ou sofisticadas; todos eram tratados com fineza, com justeza, com sabedoria. Á-



## Luiz Viel

Filho de Cipriano Viel e Etelvina Boff Viel, nasceu no dia 3 de setembro de 1936, em Curitiba (PR). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná, Turma 1962.

Em 1963, foi nomeado para o cargo de promotor público da comarca de Iporã. Em 1965, efetivado no cargo em Paranaguá e, após, removido para a Lapa. Exerceu o cargo em Cerro Azul, Ribeirão Claro, Andirá, Primeiro de Maio, Cambará e Curitiba, respectivamente.

Em 1975, foi escolhido subchefe da Casa Civil do Palácio do Governo até ser indicado procurador-geral da Justiça Substituto, no ano de 1980. Na Capital, lecionou no Curso de Estagiários do MP, foi membro do Conselho de Redação da Revista do Ministério Público e colaborou no projeto de revisão do Código Penal Brasileiro.

Em 30 de agosto de 1984, pelo quinto constitucional, na vaga do Ministério Público, foi nomeado para o cargo de juiz de alçada, no Tribunal de Alçada do Paraná. Eleito vice-presidente em agosto de 1993 e, em outubro do mesmo ano, presidente daquele colegiado. Em 26 de agosto de 1994 foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, permanecendo em câmaras criminais. Aposentou-se em 05 de outubro de 1995.

No magistério lecionou Direito Penal na Universidade Católica do Paraná. Ocupou a Cadeira nº 26 da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

Faleceu em 08 de maio de 1998.

É patrono do Fórum de Salto do Lontra e do Fórum Eleitoral de Cambará.

Seu filho, Roque Fabrício Antônio de Oliveira Viel, juiz de Direito Titular da Justiça do Distrito Federal, selecionou estudos, acórdãos e decisões de autoria de seu pai, Luiz Viel e, em 1999, numa sincera homenagem, publicou edição póstuma com o título *Temas Polêmicos: Estudos e Acórdãos em Matéria Criminal*, pela J.M. Livraria Jurídica. ✍️

mos seguidamente a festas nos sítios das redondezas, a recepções nas residências, para uma roda afável de conversa ou para um jogo de baralho – que meu marido tanto gostava – para se distrair e firmar laços de amizade. Eu, de minha parte, apreciava muito essas horas que passávamos no convívio dessas pessoas inesquecíveis. Todos, oficiais de justiça, cartorários, comerciantes, médicos, advogados e suas famílias, nos tratavam com zelo e dedicação, como nunca encontrei em lugar algum. Omito nomes para não cometer a injustiça de esquecer alguém, todos muito especiais.

Nosso primeiro filho, Rômulo Fernando, nasceu em Curitiba, porque vim para cá com tudo preparado para o parto. Tive atendimento médico antes, durante e depois de o nenê nascer e somente após quarenta dias retornei a Primeiro de Maio. Nosso filho era loirinho e de longe chamava a atenção naquela terra de gente queimada de sol.

O segundo filho, Rodrigo Felipe, nasceu em Primeiro de Maio, no hospital local. Fui atendida por uma parteira, porque o único médico responsável estava às voltas com uma cirurgia complicada naquele momento. O parto foi prematuro e ocorreu às 15h10min do dia 16 de outubro de 1968, um dia calorento como todos os outros que aconteciam por lá. Era época de seca e havia dificuldade para obtenção de água.

Passados doze dias do nascimento da criança, fomos obrigados a procurar um centro maior, com melhor atendimento médico, porque o nenê estava definhando. Fomos para Assis (SP) e consultamos um pediatra. Ele fez um mapa de atendimento à saúde do pequeno, que pesava 2,5kg e não mamava suficientemente. Apesar de ser meu segundo filho, não tinha experiência alguma. A criança chorava e eu a acompanhava nas lágrimas, sem saber direito o que fazer.

Depois de passar pelo pediatra de Assis,

rumamos para Ribeirão Claro, onde residiam meus pais. Lá o clima era ameno e dispúnhamos de mais conforto. Minha mãe e meu pai nos auxiliaram a cuidar do Rômulo e do bebê, que logo deu mostras de que iria enfrentar a vida.

No ano seguinte o Luiz foi removido para uma comarca maior, Cambará, próxima a Ribeirão Claro, onde nossos dois filhos cresceram saudáveis por três anos.

Ao final daquele período, meu marido foi convocado para atuar junto à Procuradoria-Geral de Justiça, em Curitiba. Com isso, mudamos completamente nosso ritmo de vida, já que estávamos na Capital. Era a tão sonhada meta do Luiz. Ele estava tão feliz, pois atingira o que determinara para a carreira – seguir em frente.

Quase um ano depois da chegada à Capital nasceu nosso terceiro filho, Roque Fabrício, o único que seguiu a carreira do pai.

Esta simples recordação quero que seja uma homenagem ao meu precioso marido Luiz Viel, inesquecível, insubstituível, que eu guardo com carinho no meu coração e com muita saudade, porque por ele fui muito amada.

Quero que seja também uma homenagem a Primeiro de Maio, a cidade que me abrigou no começo da vida de casada e onde nasceu meu segundo filho, primomaiense, rapaz muito honrado.

Nossos três filhos, Rômulo, Rodrigo e Roque, são maravilhosos, muito me orgulham, são meu tesouro, mas só o Rodrigo é nascido em Primeiro de Maio.

## Marília de Oliveira Viel

Nasceu em Ribeirão Claro, filha de José Branco de Oliveira e de Otilia Trindade de Oliveira, em 08 de setembro de 1942. Realizou seus primeiros estudos no Colégio Santa Maria, em Santa Cruz do Rio Pardo (SP) próximo a Ourinhos e frequentou o Colégio Santa Maria, em Assis (SP) onde concluiu a

Escola Normal Secundária, no ano de 1966. Casou-se em 1967 com o promotor de Justiça Luiz Viel e são pais de Rodrigo Felipe Antônio de Oliveira Viel, Rômulo Fernando Antônio de Oliveira Viel e Roque Fabrício Antônio de Oliveira Viel. Os dois filhos mais velhos, formados bacharéis em Engenharia Química, pela UFPR em 1990 e 1992, respectivamente. O mais novo, bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, Turma 1995 e, atualmente, exerce a função de magistrado no Distrito Federal. É uma feliz avó de Manoela e Letícia Bernardes Viel, filhas de Renata Pereira Bernardes e de seu filho Roque.

Em 1998 foi integrada ao grupo de pensionistas da Amapar, Gestão Ruy Fernando de Oliveira. Iniciou-se outro período em sua vida, algumas dificuldades de ordem prática, novos conhecimentos e a agradável convivência na Amapar. Passou a lidar com as especificações de uma folha de pagamento, a comparecer a palestras, jantares, compromissos sociais e oficiais, promovidos pela Associação.

Em 2006, foi escolhida diretora do Departamento de Pensionistas na Gestão Paulo Roberto Vasconcelos e reconduzida ao cargo nas gestões seguintes Miguel Kfoury Neto, Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra, Fernando Swain Ganem, Frederico Mendes Junior e na atual, do presidente Geraldo Dutra de Andrade Neto. Preside semanalmente as reuniões das pensionistas e participa da diretoria da entidade. Dirige o Departamento com sabedoria, equilíbrio e amabilidade, integrando as associadas às iniciativas da Judicemed e da Amapar, pleiteando o direito das viúvas com firmeza e paciência. Recebeu a comenda de mérito Alceste Ribas de Macedo em 2014, pela relevante contribuição e seu meritório trabalho.







# *Episódios curiosos*

*Comarcas com nomes  
próprios e originais*

**Por Chloris Elaine Justen de Oliveira**

Curitiba era a Quinta Comarca da Província de São Paulo, desde 1811. Área habitada por índios, misteriosos índios, de conflituosa convivência, terra fértil, litoral pequeno, relevo dobrado, rios caudalosos, intransponíveis. E ainda havia os espanhóis, ora amigos, ora inimigos. Vigia a monarquia.

Em 1830, chegaram os imigrantes, alfabetizados e com profissão, oriundos de regiões do Vêneto, Itália, da Ucrânia, da Alemanha, da Polônia, do Japão, impuseram novas práticas para as mesmas dificuldades, evidenciando a melhoria dos locais e, verdadeiramente, trouxeram o progresso.

As expedições de desbravamento e posse de terras, particulares e oficiais, intensificaram-se. Freguesias e vilas passaram a ser instaladas, identificadas por acidentes geográficos ou pelo santo de devoção dos primeiros passantes. Alguns nomes em guarani, outros em português ou espanhol. A urbanização se iniciava com a construção de marcos civilizatórios, da praça e da igreja. O comandante da expedição, geralmente fidalgo intrépido e letrado, provia a expulsão dos indígenas, a derubada da mata, a abertura de picada, a fixação da área, enfrentando os rigores do clima, a ferocidade dos animais. Arquitetura ibérica, casas baixas, uma ao lado da outra, rodeando o núcleo, quase sempre a capela, protegidas pela proximidade.

Em 29 de agosto de 1853, a Lei n. 704 criou a Província do Paraná, desmembrada da província de São Paulo, em território idêntico, em extensão e limites ao da então comarca de Curitiba, determinando três comarcas: Curitiba, Paranaguá e Castro. E sem segunda instância, o Tribunal de Apelação continuava sendo o de São Paulo.

Em 1899, com a Proclamação da República, a nomenclatura mudou: as freguesias passaram a distritos e as vilas a municípios. E foram criadas comarcas com a presença dos poderes constituídos: Executivo, Legislativo e Judiciário.

1891. É instalado o Tribunal de Apelação no Paraná e os processos em segundo grau passam a ser julgados na Capital.

O Estado, hoje, possui 399 municípios, sendo 161 comarcas, conforme a Constituição e a Lei Orgânica da Magistratura, que atendem aos requisitos técnicos: população de quinze mil habitantes ou oito mil eleitores; movimento forense anual de duzentos feitos; receita tributária municipal superior a três mil vezes o salário-mínimo.

Segue-se a enumeração de algumas comarcas do Estado, aquelas com nome próprio, algumas com o registro de fatos pitorescos narrados ou vividos por personagens e populares que ajudaram a construir as respectivas histórias.



## ALMIRANTE TAMANDARÉ

15.07.1995

Uma das mais antigas cidades do Paraná. Última vila criada no Império, com o nome de Conceição do Cercado. Em 1889 foi elevada à categoria de município, o de Santana do Pacotuba. Em 1890, passou a se chamar Tamandaré, o que perdurou até 1938, quando mudou para Timoneira, no município de Colombo. Em 1947, retomou o nome de Almirante Tamandaré. Existe em Pernambuco uma cidade do mesmo nome.

**Joaquim Marques Lisboa** (\*1807+1897) sucessivamente barão, visconde, conde e marquês de Tamandaré, nasceu em São José do Norte (RS) militar da Armada Imperial, patrono da Marinha Brasileira. Combateu nas lutas do império nas províncias da Bahia, Maranhão, Pará, Piauí e Cisplatina, nessa ordem, na Confederação do Equador, na Guerra contra Oribe e Rosas e na Guerra do Paraguai. Liderou a esquadra brasileira na maior batalha naval das Américas, a do Riachuelo, em 1865. Em 1867 foi promovido a almirante e, em 1887, agraciado com a Imperial Ordem da Rosa. Escolhido membro do Conselho Naval e do Superior Tribunal Militar. Sua efígie estampa a cédula de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), que circulou de 1942 até 1967. No reverso, a imagem da Escola Naval do Rio de Janeiro. Curitiba homenageou-o dando o seu nome a importante via pública, no Alto da Rua XV.

## ANTONINA

03.04.1892

O nome Antonina é uma homenagem ao Príncipe da Beira, Dom Antônio de Portugal (\*1795+1801), nascido em Lisboa, primogênito de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, falecido em criança. A construção da primeira nave da Capela de Nossa Senhora do Pilar ocorreu em 1712, identificando os moradores do local, os capelistas. Em 1797, o povoado de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa foi elevado à categoria de vila, com a denomi-

nação de Antonina, na presença da nobreza e de seus habitantes. O porto de Antonina, localizado em ponto estratégico da Baía de Paranaguá, oferece dois terminais: o Barão de Teffé e o Ponta do Félix. As principais cargas ali movimentadas são congelados, fertilizantes e minérios de ferro.

O hino do município termina com a sonora frase: *...Antonina, orgulho do Brasil!* Os vizinhos parnanguaras não perdoam e, ironicamente, quando viajam para lá dizem: - *Vamos ao Orgulho!*

## ASSIS CHATEAUBRIAND

15.01.1969

Em 1961, a área era o distrito de Tupãssi e pertencia ao município de Guáira. No ano seguinte, passou a se chamar Assis Chateaubriand e a fazer parte do município de Toledo.

**Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello** (\*1892+1968) nasceu em Umbuzeiro (PB). Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Jornalista, empresário e político. Proprietário da empresa *Diários Associados*, a maior rede de comunicação do país durante as décadas de 1930 a 1960. Em 1950 inaugurou a TV Tupi de São Paulo, a primeira emissora de televisão da América Latina. Autor das obras *Em defesa de Oliveira Lima*, *O Conceito do Direito*, *Interdito Uti Possidetis*, *A Morte da Polidez*, *O Ressurgimento da Construção Naval no Brasil*. Idealizador do Museu de Arte de São Paulo, senador pelo estado do Maranhão e embaixador do Brasil na Inglaterra. Ocupante da Cadeira N. 3 da Academia Brasileira de Letras. Contribuiu para a emancipação política do município paranaense que leva seu nome.

## ASTORGA

31.05.1954

Em 1945, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná organizou um loteamento numa área de 08 alqueires, dando origem à cidade de Astorga, município de Mandaguari. Elevada a distrito em 1947 e, em 1953, a município

e comarca. Há uma curiosa versão em relação à escolha do nome da cidade.

Conta-se que o engenheiro e agrimensor russo Wladimir Babkov, após girar um globo terrestre, fê-lo parar com o dedo indicador sobre o nome Astorga, Espanha, no continente europeu. O ponto indicado era, coincidentemente, o nome de outra localidade, a de nascimento do sócio da colonizadora, general Ascoot, natural do Condado de Astorga, próximo a Londres. Providencial!

## **BARBOSA FERRAZ**

13.05.1978

Major **Antônio Barbosa Ferraz Júnior** (\*1863+1945), nascido em Rio Claro (SP). Vereador e prefeito de Piracicaba nos anos de 1927 e 1928. Cafeicultor, proprietário da Companhia Agrícola Barbosa Ferraz, mantenedora das propriedades Fazenda Água do Bugre, em Cambará e Fazenda das Antas, na cidade de Andirá, ambas de vasta produção cafeeira. Pioneiro, colonizador, presente em Andirá e Barbosa Ferraz. Interlocutor de estrangeiros, de paulistas e mineiros para a aquisição de áreas de terra para lavoura ou loteamentos no Norte paranaense. Cafeicultor, homem rico e influente, participou das tratativas para abertura de estradas de ferro e de rodagem na região, concorrendo para seu crescimento e progresso. Em 1960, o povoado às margens do Rio Corumbataí foi elevado a distrito de Barbosa Ferraz. No ano seguinte, desmembrado de Campo Mourão, na condição de município, transformando-se em comarca em 1978.

## **BOCAIÚVA DO SUL**

28.01.1949

Perto de Curitiba houve uma povoação integralmente devastada por um incêndio. Em 1710, naquele local, identificado por Arraial Queimado, algumas famílias se instalaram. Em 1828 já era freguesia e, por uns tempos, chamada de Imbuial. Em 1890 foi elevada a município com

o nome de Bocaiúva, homenageando o republicano histórico. Situações anômalas ocorreram com aquele município, extinção da autonomia, restauração e integração a outro município. A estabilidade só ocorreu em 1949, quando foi elevado a comarca e chamado pelo nome anterior, Bocaiúva, com o acréscimo de do Sul, para distingui-lo de outro já existente.

Como na região há jazidas de chumbo e prata, costumavam afirmar, jocosamente, que também poderiam ser encontrados tais elementos químicos, em grande quantidade, nos baleados que descansam no cemitério.

**Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiúva** (\*1836+1912) nasceu em Itaguaí (RJ). Jornalista, elegeu-se senador em duas legislaturas e, em 1890, presidente de estado do Rio de Janeiro. Fundou e manteve a primeira escola para deficientes visuais do país, no Rio de Janeiro. Participou ativamente do processo da proclamação da República, escreveu o Manifesto Republicano, sendo cognominado *Fundador da República*. Adotou o nome Bocaiúva (espécie de palmeira) para simbolizar sua brasilidade, seu nacionalismo. Diversas cidades brasileiras homenagearam-no com o nome em ruas, avenidas e em escolas especializadas em deficientes visuais.

Estampa a cédula de CR\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), comemorativa ao Centenário da República, datada de 1990. No anverso, a efígie simbólica da República e a imagem dos quatro republicanos: Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Deodoro da Fonseca e Silva Jardim, no reverso a tela de Pedro Bruno, *A Pátria*.

## **CAMBÉ**

31.12.1956

No início, a Companhia de Terras Norte do Paraná abrigou os colonos oriundos da Cidade Livre de Dantzig, Alemanha, numa área batizada de Nova Dantzig, local que mais tarde seria o município de Londrina. Devido ao progresso do povoado, logo surgiu outra comunidade na vizinhança, que se chamou Água da Alian-



ça. Em 1937, foi elevada a distrito e, em 1947, passou a ser o município de Cambé. O lugarejo era próximo a Londrina e a via de ligação entre as duas, o caminho de retorno, era chamado de *come back* pelos imigrantes e, aos ouvidos brasileiros, *cambé*.

## CAMPO MOURÃO

20.01.1949

Campos do Mourão foi o nome inicialmente dado em homenagem ao governador da Capitania de São Paulo, **Dom Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão**, o Morgado de Mateus (\*1722+1798), nascido em Vila Real, Portugal. Seu parente, o desbravador Affonso Botelho de Sampaio e Souza, que dá nome à praça em frente ao estádio do Athletico Paranaense, em Curitiba, em 1760, descobriu aqueles campos, expulsou os guaranis, colocou marcos civilizatórios, estabeleceu uma roça, garantindo o território para o reino português. O local, às margens do Rio Mourão, servia de ponto de descanso aos tropeiros, que tocando boiadas vindas do Sul negociavam o gado em Mato Grosso e em São Paulo. Passava por ali o chamado Caminho do Peabiru. Com o crescimento do local, em 1921 instalou-se o distrito de Campo Mourão. Em 1943 a região prosperou com a instalação da Inspeção de Departamento de Terras, sendo elevada à categoria de município em 1947. No Rio Mourão, em 1964, foi inaugurada uma usina hidroelétrica. E o Tribunal de Justiça do Paraná vai ali construir uma usina fotovoltaica, centrada na produção de energia solar para o consumo de todos os fóruns das comarcas do Estado, fato anunciado pelo presidente do Tribunal, desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, em 2019.

O *carneiro no buraco* é o prato típico de Campo Mourão.

## CÂNDIDO DE ABREU

20.07.1967

**Cândido Ferreira de Abreu** (\*1856+1918),

nasceu em Paranaguá (PR). Engenheiro formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Turma 1879, exerceu o cargo de primeiro prefeito eleito de Curitiba, em 1892.

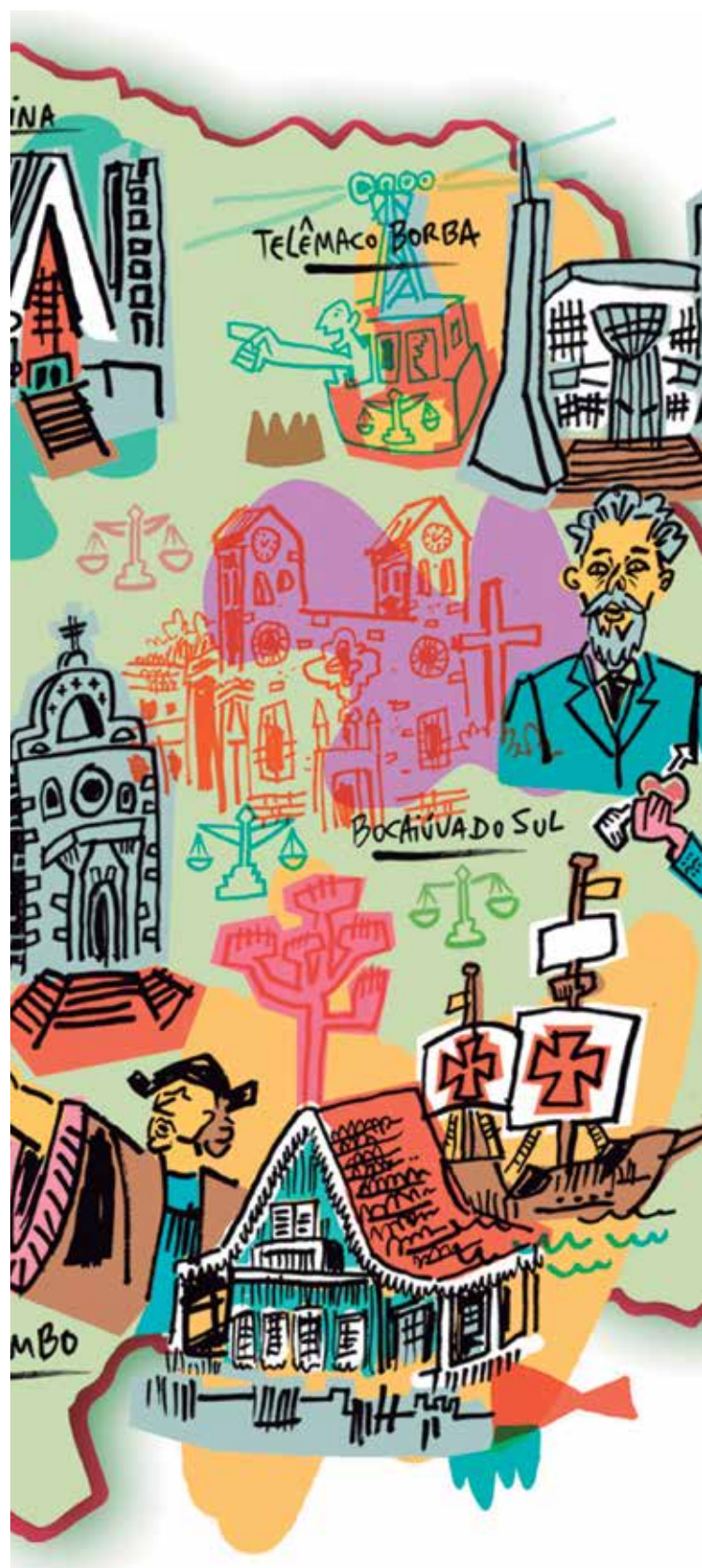
Dois anos após foi afastado pela Revolução Federalista. Ao engenheiro Cândido de Abreu é atribuída a renovação e modernidades na construção civil urbana da Capital. Responsável pela construção do Palacete dos Leões, do Belvedere na Praça João Cândido, em bloco único octogonal, hoje sede da Academia Paranaense de Letras. Agraciado com o título de oficial da Imperial Ordem da Rosa, eleito deputado federal e senador na República. Entre os cargos públicos de relevância que ocupou, um deles foi o de diretor do Serviço de Colonização do Paraná, que lhe valeu ser lembrado para nominar um município. Em 1912, pretendia comandar as forças nacionais contra os revoltosos do Contestado. Preterido na escolha foi nomeado, novamente, prefeito de Curitiba pelo governador Carlos Cavalcanti. O escolhido, coronel João Gualberto Gomes de Sá, marchou para o Sul e foi morto no primeiro combate.

Em Curitiba há a Avenida Cândido de Abreu, a principal do Centro Cívico, antiga Rua da Graciosa, em sua homenagem.

## CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

13.10.1988

**Leônidas Marques dos Santos** (\*1881+1924) nasceu em Curitiba. Filho do primeiro presidente do Estado, doutor Generoso Marques dos Santos e irmão do juiz de Direito Brasília Marques dos Santos. Coursou a Escola Militar de Realengo, em 1921, turma da qual foi campeão de tiro e condecorado com a entrega de espada pelo presidente da República. Nomeado representante do governo do Paraná para a solução de problemas fundiários no Sudoeste, fato determinante para que seu nome fosse o escolhido para nomear tal município paranaense. Recebeu a medalha de prata do Mérito Militar. Participou da Revolução Pau-



lista de 1924, falecendo no decorrer de lutas ocorridas em Catanduvas, região paranaense. Em Curitiba há uma via pública no bairro de Uberaba com seu nome.

## CAPANEMA

28.11.1967

O homenageado, **Guilherme Schüch**, que adotou o nome de Guilherme Capanema, (\*1824+1908), é natural de Mariana (MG), cursou a Escola Politécnica de Viena e a Academia de Minas de Freiberg, em 1847. Formou-se doutor em matemática e ciências pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Responsável pela instalação da primeira linha telegráfica do Brasil que cortava a antiga vila de São João do Rio Claro, atual Prudentópolis, em direção a Guaruapuava, possibilitando a abertura da primeira estrada rumo ao Oeste paranaense. Fundou a Repartição Geral dos Telégrafos, a qual dirigiu por mais de trinta anos. Na década de 1850, pelos seus conhecimentos teóricos, conseguiu fabricar munição para os fuzis Dreyse, utilizados na Guerra do Paraguai, segredo militar prussiano. Em reconhecimento à sua atuação na mediação do conflito entre Brasil e Argentina, pela posse de região no Rio Iguaçu, essa localidade paranaense recebeu o nome de Capanema.

Em 1877, o botânico João Barbosa Rodrigues homenageou-o dando o nome de *Capanemia* a um novo gênero de orquídeas. *Capan.* é a abreviatura padrão usada para indicar Guilherme Schüch, autoridade na descrição e classificação científica de um nome botânico.

Recebeu as comendas da Imperial Ordem da Rosa, da Imperial Ordem de Cristo e o título de Barão, em 26 de fevereiro de 1881.

Com a Proclamação a República, em 1889, aposentou-se da direção do Telégrafo Nacional. Em 1903 foi nomeado diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo e Ponta Grossa homenagearam-no batizando avenida, viaduto e vias públicas com seu nome. Em Prudentópolis há o tradicional Colégio Estadual Ba-

rão de Capanema.

Seu pai, de igual nome, veio da Áustria na comitiva de cientistas, acompanhando a Imperatriz Leopoldina. Seu bisneto foi o ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, no governo de Getúlio Vargas.

## CARLÓPOLIS

19.12.1937

A Câmara Municipal de Jaboticabal, em 1920, alterou sua denominação para Carlópolis, homenageando o ex-presidente do Estado Tenente-Coronel Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1912/1916) por suas firmes decisões no episódio do Contestado. Naquela região encontra-se a Represa Hidroelétrica de Chavantes e uma ponte de 1.550 quilômetros de extensão, inaugurada em 2010, ligando os municípios de Carlópolis (PR) e de Fartura (SP).

**Carlos Cavalcanti de Albuquerque** (\*1864+1935), nascido no Rio de Janeiro (RJ), frequentou o Colégio Serapião do Nascimento, concluindo ali os estudos básicos. Militar da arma de engenharia, fundador do Corpo de Bombeiros do Paraná, deputado estadual, federal e senador. Em 1910, no seu terceiro mandato federal, insurgiu-se contra a política ferroviária da União, que favorecia Santa Catarina em detrimento dos interesses paranaenses e, num gesto de indignação, renunciou ao mandato parlamentar. Recusou-se, ainda, a celebrar acordos com Santa Catarina que representassem mutilação do território paranaense. Eleito governador do Estado no período das lutas do Contestado, quando Paraná e Santa Catarina sofreram as consequências daquele episódio e da ação judicial sobre os limites entre os mesmos.

Contribuiu para a fundação da Universidade do Paraná, incentivou as artes e foi professor catedrático de Economia Política da Faculdade de Engenharia. Exerceu os cargos de chefe de gabinete da Administração do Exército e do Ministério da Guerra, chefe do Estado-Maior da 1ª Região Militar e comandante do 1º Regimento de Infantaria da Vila Militar.

Em Curitiba, a Rua Conselheiro Barradas passou a ter o nome de Carlos Cavalcanti e, em Antonina, há a Praça Carlos Cavalcanti.

## CASTRO

21.12.1854

Deram-lhe tal nome em homenagem a Marinho de Melo e Castro, ministro dos Negócios Ultramarinos de Portugal (1785/90), após incidente entre um morador da Freguesia de Sant'Ana do Iapó e o ministro português. O morador, preso político em Limoeiro, Portugal, de joelhos, prometeu que, em troca de sua liberdade, nomearia uma promissora freguesia no Brasil com o nome do ministro. Solto, retornou à sua terra e, após muito empenho, Manoel Gonçalves Guimarães cumpriu a promessa. Em 1788 a freguesia de Sant'Ana do Iapó foi elevada à categoria de vila e denominada Vila Nova de Castro, fato que perdurou até 1853, quando a vila foi elevada a Comarca de Castro, na Província do Paraná. Os imigrantes alemães, poloneses, holandeses, a partir de 1855, estabeleceram-se na região, dedicando-se à industrialização e comercialização de produtos de origem animal e vegetal. Fundaram a Colônia Carambeí e desenvolveram ali um grande pólo industrial que recebeu o nome de Castrolanda, em homenagem à cidade. Os japoneses chegaram em 1958 e impulsionaram a agricultura através de novas técnicas de plantio e produção. Em Curitiba há a Rua Castro, no bairro Água Verde.

Durante a Revolução Federalista, de janeiro a abril de 1894, Castro tornou-se, temporariamente, Capital do Paraná.

## CLEVELÂNDIA

19.12.1927

Em 1838 havia um povoado nos Campos de Palmas, de difícil acesso pela distância, situação geográfica, hostilidade dos indígenas e proximidade da fronteira. Durante a Guerra do Paraguai, pelos mesmos motivos ali se instalou um contingente da Guarda Nacional, com o objetivo de vi-

giar a fronteira. Em 1884, o povoado foi elevado à categoria de freguesia de Bela Vista de Palmas. Essa zona fronteiriça tinha a posse contestada pela Argentina e pelo Brasil. Os ministérios dos dois países, liderados pelos plenipotenciários Barão do Rio Branco e eng. Estanislau Zavala, resolveram o conflito, na Questão de Palmas, tendo como árbitro o presidente norte-americano **Grover Cleveland**, que expediu o laudo arbitral em 1895. Em sua homenagem, pela Lei de 29.03.1909, Bela Vista de Palmas passou a se chamar Clevelândia. Em 1943 o município integrou o recém-criado Território Federal do Iguacu, extinto em 1946, e Clevelândia voltou a pertencer ao Estado do Paraná. No estado do Amapá, uma cidade às margens do rio Oiapoque recebeu igual nome, Clevelândia.

## COLOMBO

02.05.1944

Em 1878 foram assentadas vinte e sete colônias agrícolas de imigrantes poloneses, italianos, alemães do Volga, franceses, suíços e ingleses nas proximidades da Capital, em terras doadas por D. Pedro II. O núcleo fora chamado Colônia Alfredo Chaves, ministro da Agricultura na época. A colônia tornou-se um próspero povoado e, em 1890, emancipada de Curitiba, passou a se chamar Colombo, homenagem ao navegador **Cristóvão Colombo**, descobridor das Américas. Grande progresso ocorreu entre 1920 e 1930, quando se instalaram na cidade fábricas de louça e de vidro. A economia é gerida pela indústria extrativa de cal e calcário e a produção de vinho. Criado em 1999, o Circuito Italiano de Turismo Rural é um passeio pelas tradicionais vinícolas da região. Curitiba e Cornélio Procópio homenageiam o navegador nominando uma rua nas respectivas cidades.

## CORBÉLIA

24.12.1978

Os primeiros habitantes foram índios cainganges instalados às margens do Rio Piquiri.





A terra era fecunda, produzindo boa roça e plantações diversificadas, inclusive o cultivo de flores. Os colonos se instalaram tranquilamente naquelas terras, áreas devolutas. Formaram-se três núcleos, Colônia Nova, São Pedro e São João. Na década de 1950, o Estado acionou a Fundação Paranaense de Colonização para legalizar a área ocupada. Em 1957 surgiu o distrito de Corbélia, nome sugerido pela moradora Iracema Zanato. Em 1961, a área, desmembrada de Cascavel, tornou-se município. A comarca de Corbélia foi criada em 1975 e instalada pela Portaria 214, de 24 de fevereiro de 1978.

A palavra é de origem francesa e significa pequeno cesto de flores. A cidade faz jus ao nome e todas as suas ruas recebem o nome de flores.

### CORNÉLIO PROCÓPIO

15.02.1938

O nome é em homenagem ao coronel **Cornélio Procópio de Araújo Carvalho** (\*1857+1909), primeiro proprietário de terras onde se localiza o município. É patrono da estação ferroviária Km 125, instalada em 1930. O nome foi sugerido por seu genro, Francisco da Cunha Junqueira, proprietário da Gleba Laranjinha. A ferrovia está intimamente ligada à colonização e desenvolvimento da cidade. Num mesmo ato, o Decreto n. 6.212, de 1938, Cornélio Procópio de povoado passou a sede de município e sede de comarca. A cidade possui um campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Cornélio Procópio e a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio.

### CORONEL VIVIDA

30.01.1965

O local era chamado Barro Preto. Em 1954, Barro Preto foi emancipado de Mangueirinha, cujo prefeito, José Pimpão Ferreira, sugeriu e conseguiu a aprovação do apelido do coronel Firmino Teixeira Baptista, seu avô, para batizar o local. O coronel tinha o hábito de se expres-

sar com a frase *Que vida!* E como sofria de disfunção na fala, gagueira, tal expressão acabava em *Que vivida!* Isso lhe rendeu o apelido de Coronel Vivida. **Firmino Teixeira Baptista** (\*1834+1903) nasceu em Ponta Grossa (PR).

Chefe político de Palmas, homem rico e influente na região, desbravador, possuía vasta extensão de terras, adquiridas e herdadas. Agraciado com a patente de coronel da Guarda Nacional era proprietário da Fazenda Estância Nova, uma das mais importantes da região. Fora educado por seu tio, o reverendo Anacleto Dias Baptista e, com seus irmãos, transportou tropas de muares e bovinos de Passo Fundo (RS), até Sorocaba (SP). Em 1879, foi instalado o município de Palmas e o coronel escolhido presidente da Câmara. Sua filha, Carmelita, casou-se com o desembargador Euclides Beviláqua.

## ENGENHEIRO BELTRÃO

19.01.1969

A denominação da cidade foi adotada em 1949 para identificar o povoado Terreno de Jacutinga, em homenagem ao colonizador **Alexandre Gutierrez Beltrão** (\*1896+1987). Engenheiro civil, desbravador do Norte paranaense, fundou três cidades: Tamboara, Ibiporã e Jacutinga. Projetou a estação ferroviária que precedeu o núcleo urbano. Alexandre Beltrão era um homem reservado e de personalidade pacata, filho do diretor da Colonizadora Beltrão, fundada em 1930, o dr. Francisco Machado Beltrão, e irmão do também engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão. Os dois irmãos, engenheiros topógrafos, possuíam conhecimento em projetos agrários. Na década de 1920, foram contratados pela Companhia de Terras Norte do Paraná para executar os serviços de medição de terras, mapeamento da região e foram pagos com terras devolutas. Vinte anos após, retornaram para colonizá-las, dividir em lotes e vendê-las aos colonos plantadores de café que por aqui chegavam. Em 1941, a convite do interventor Manoel Ribas, transferiu-se para a Capital para



administrar a Prefeitura de Curitiba. Alexandre Gutierrez Beltrão, prefeito de Curitiba de 1941 a 1946, deu início à implantação do Plano Agache, projeto de urbanismo feito para a cidade pela equipe do arquiteto Alfred Agache, que adotou um sistema moderno com radiais ao redor do centro e longas avenidas. Na mesma época, os norte-americanos chegaram trazendo equipamentos, tratores e maquinários para a construção do aeroporto Afonso Pena, após desapropriação de grande extensão de terras, em São José dos Pinhais.

Em Curitiba, no Bigorriho, há um jardinete com seu nome, no Sítio Cercado, uma travessa e, em Campo Mourão, uma praça.

## FRANCISCO BELTRÃO

14.12.1952

O município de Francisco Beltrão começou em 1949, com o nome de Vila Marrecas. Sua transformação em cidade foi rápida. Em 1952, sem nunca ter sido distrito ou mesmo vila, foi elevada a sede do município. O engenheiro **Francisco Gutierrez Beltrão** (\*1878+1939) nasceu em Paranaguá, faleceu em Ponta Grossa e foi sepultado em Curitiba. Era irmão mais velho de Alexandre Gutierrez Beltrão. Diplomado em 1897 pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi deputado estadual, secretário de Obras Públicas e diretor-presidente da Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão. Bom desenhista, produziu mapas de municípios, de regiões, de divisas de Estados no começo do século XX. Emprista seu nome a um dos maiores municípios do Sudoeste do Paraná. A cidade promoveu uma exposição de mapas por ele elaborados.

Francisco Beltrão conta com oito instituições de ensino superior, Unioeste, UTFPR, Unipar, Unisep, Cesul, Uninter, Facinter e Unopar. Francisco Beltrão tornou-se a sexta cidade do Paraná a contar com a graduação em Medicina.

Em 1943, foi instalada às margens do Rio Marrecas, a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO -, com a função de organizar a distribuição de terras entre os colonos gaú-

chos e catarinenses recém-chegados à região. Em 1948, instalou-se junto à sede da CANGO, o exército, devido a proximidade com a fronteira argentina, menos de cem quilômetros. A vila desenvolveu-se rapidamente, impulsionada pela extração de madeira e pela agricultura. A disputa era pela posse da terra, entre aqueles que possuíam escritura, os moradores locais que não portavam tal documento e a companhia colonizadora que dizia ser a proprietária legal. Essa contenda culminou com a mais violenta revolta no Sudoeste do Paraná. Em 10 de outubro de 1957, milhares de posseiros, os moradores e os jagunços contratados pela colonizadora, tomaram a cidade, colocaram fogo no cartório de registro de imóveis, expulsaram as companhias de terra e seus funcionários, provocando a histórica Revolta dos Posseiros, resolvida com intervenção do Exército, expulsão dos jagunços, reorganização dos poderes constituídos, da Prefeitura Municipal, da Câmara dos Vereadores e a chegada de um magistrado.

## JOAQUIM TÁVORA

25.01.1949

O local se chamava Fazenda do Jaboticabal da Barra Grande e era habitada por silvícolas. Quando a estrada de ferro Ramal do Parapanema chegou à região a estação foi batizada de Barra Grande. O núcleo pertencia a Santo Antônio da Platina e, para homenagear o então presidente do Estado, passou a se chamar Affonso Camargo. O município foi criado em 1929 e rebatizado com o nome de Joaquim Távora. A estação ferroviária recebeu o nome de Getúlio Dornelles Vargas.

O tenente **Joaquim do Nascimento Fernandes Távora** (\*1881+1924) nasceu em Jaguaribe (CE), filho de Joaquim Antônio do Nascimento e de Clara Fernandes Távora do Nascimento. Frequentou a Escola Militar de Porto Alegre. Em 1923, comandante do 17º Batalhão dos Caçadores em Corumbá (MS), liderou rebelião contra o governo de Arthur Bernardes. Combatido pelas forças legais, faleceu em con-

sequência dos ferimentos recebidos enquanto acenava uma bandeira branca de cessar fogo. Reconhecido pelos gestos de coragem, fez jus a homenagens em cidades que nomearam estabelecimento escolar e ruas com seu nome. No Paraná, Curitiba, União da Vitória, Colombo, Telêmaco Borba e Matinhos; em São Paulo, Santo André e Santos e, no Ceará, em Fortaleza. Irmão do militar, político e parlamentar brasileiro, Juarez Távora.

## LONDRINA

27.01.1938

A Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da inglesa *Parana Plantation Limited*, adquiriu uma área de floresta, abriu estradas e dividiu o espaço em lotes urbanos e rurais, para serem vendidos. Londrina surgiu naquela época, fundada em 1934, Decreto n. 2519. O original traçado urbanístico segue os princípios de Ebenezer Howard, de cidade-jardim, autoria do urbanista Jorge Macedo Vieira. Considerada *Capital Mundial do Café* até 1975, por ser uma das maiores produtoras de café do mundo. Consta que Simon Joseph Fraser, Lord Lovat, veio ao Brasil em 1924 para negociar terras e estradas de ferro com o major Antônio Barbosa Ferraz Júnior. O nome Londrina surgiu em homenagem a Londres, apesar de Lord Lovat ser de origem irlandesa.

## MALLET

19.12.1944

**João Nepomuceno Medeiros Mallet** (\*1840+1907) nasceu em Bagé (RS), filho do marechal Emílio Mallet e de Joaquina Castorina de Medeiros. Engenheiro formado pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Participou da Guerra do Paraguai e por ocasião da Proclamação da República recebeu o encargo de levar ao imperador D. Pedro II a ordem de sua partida para a Europa. Na República, tornou-se governador do Ceará e do Mato Grosso. Em 1898, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar e, em 1900, recebeu a patente de marechal.

Em 1903, os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande foram assentados na Vila de Rio Claro do Sul e a estação ferroviária recebeu o nome de Marechal Mallet. O povoado se formou em torno da estação e de uma capela consagrada a São Pedro. Em 1908, foi criado o distrito de São Pedro de Mallet, pertencente a São Mateus do Sul. Em 1912, pela Lei Estadual de n. 1189, ocorreu a instalação do município e sua emancipação. Em 1929 a grafia e a denominação passaram a ser Mallet.

## MANDAGUARI

26.01.1949

Chamada Patrimônio de Lovat, em homenagem ao lorde que administrava aquelas terras. No período do Estado Novo, nacionalismo em evidência e por ser o homenageado de origem europeia, teve o nome do local alterado para Patrimônio Mandaguari, que identifica uma variedade de abelha silvestre.

## MANOEL RIBAS

23.01.1999

**Manoel Ribas** (\*1873+1946) nasceu em Ponta Grossa e aos 60 anos foi nomeado, por Getúlio Vargas, interventor do Paraná. Na juventude, residiu em Santa Maria (RS), onde construiu carreira política, exerceu atividades ferroviárias, concorrendo para o desenvolvimento e progresso daquela região. Em Santa Maria, seu nome batiza a maior escola da cidade, diversas ruas de municípios próximos e um espaço cultural, a Casa Manoel Ribas.

No Paraná, foi o político que por mais tempo governou o Estado, interventor de 1932 a 1934, governador de 1935 a 1937 e, novamente, interventor de 1937 a 1945. Autodidata, experiente, realizou obras básicas no Paraná, a Estrada do Cerne, a criação de escolas rurais, postos de saúde, distribuição de sementes selecionadas, melhorias no Porto de Paranaguá. Foi deposto, junto com Getúlio Vargas, em 1945. Era conhecido pelo apelido de Maneco Facão, por ter cortado,

para redução de despesas, diversos cargos públicos e privilégios do funcionalismo. E costumava aparecer, sem avisar, em repartições públicas, para conferir o bom andamento dos trabalhos.

A área do município de Campina do Corumbataí era habitada por índios caingangues. Por volta de 1927, desbravadores oriundos de Cândido de Abreu se instalaram às margens do riacho Água dos Lemes e montaram monjolos comunitários. O povoado progrediu com a denominação de Campina Alta. Em 1947, foi elevado à categoria de distrito do município de Pitanga, já com o nome de Manoel Ribas, em homenagem ao Interventor. Desmembrado de Pitanga em 1951, constituiu-se em município e, mais tarde, elevado a comarca. Em Curitiba há importante avenida com seu nome, em Araucária, uma rua e, em Guarapuava, há o Colégio Estadual Manoel Ribas.

## MARECHAL CÂNDIDO RONDON

02.07.1970

**Cândido Mariano Rondon** (\*1865+1958) nasceu em Santo Antônio de Leverger (MS) e faleceu no Rio de Janeiro. Engenheiro militar, sertanista, geógrafo, explorador das terras do Mato Grosso e da Bacia Amazônica Ocidental. Nomeado diretor da Rede Telegráfica Nacional, pelo presidente da República Affonso Pena, em 1907 atravessou o sertão desconhecido, na maior parte habitada por tribos bororo, terena e guaicuru, inspecionando a fronteira da Bolívia e expandindo as linhas do telégrafo pela região Norte. Idealizador do Parque Nacional do Xingu e do Serviço de Proteção ao Índio, escolhido pelo presidente Nilo Peçanha para presidir ambos os serviços até 1915. Em 1955, o Congresso Nacional aprovou uma lei especial conferindo-lhe o posto de marechal. Na sua terra natal existe o Memorial Rondon, um museu sobre a vida e a obra do sertanista. A região paranaense das fazendas Britânia e Porto Britânia fora habitada por espanhóis e ingleses. Os ingleses conseguiram, legalmente, explorar madeira e erva-mate por conta de uma dívida

do Brasil com a Inglaterra, referente à aquisição de equipamento ferroviário. Em 1946, a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A, a Maripá, adquiriu a Fazenda Britânia e retomou a colonização. Naquele período, foram aqui criados 58 municípios e, em 25 de julho de 1960, o governador Moisés Lupion sancionou a Lei n. 4.245, emancipando vários deles, inclusive a vila General Rondon que passou a ser o município de Marechal Cândido Rondon. E um Campus Universitário da Unioeste, com ensino em graduação e pós-graduação, ali se instalou.

O estado de Rondônia criado em 1981, capital Porto Velho, ocupou a mesma área do Território Federal de Rondônia, homenagem ao sertanista. Durante os anos de 1943 até 1946, ali existiu o Território Federal de Guaporé.

Em 1990 foi lançada a cédula de dinheiro com a efígie do imortal sertanista, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, no valor de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), que circulou até 1994. No anverso, a floresta e a figura de dois índios carajá, ladeados pela representação de alimentos e de uma habitação nhambiquara.

## MARIALVA

14.11.1953

O nome dado à cidade é uma homenagem ao cavaleiro português **D. Pedro de Alcântara de Menezes Noronha Coutinho** (\*1713+1799), o 4º Marquês de Marialva, nome de localidade do Norte de Portugal. Considerado o melhor cavaleiro de Portugal, teve importante participação na arte equestre portuguesa. A Companhia de Terras Norte do Paraná promoveu a sua criação, denominando-a Marialva. Famílias oriundas de Mandaguari e da região, plantadores de café, instalaram-se no local. Mais tarde, o cultivo da uva tornou-se sua principal cultura. Na entrada da cidade há um monumento de concreto armado em forma de Cacho de Uva, exaltando a importância do produto. E no mês de dezembro ocorre a tradicional Festa da Uva Fina.

## MARINGÁ

04.03.1955

A palavra Maringá é uma combinação de palavras, Maria e Ingá, homenagem do compositor Joubert de Carvalho a uma mulher chamada Maria, que morava em Ingá, vilarejo próximo à cidade de Pombal (PB).

Maringá foi a mais importante cidade fundada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, traçada pelo urbanista Jorge Macedo Vieira, planejada para acolher cem mil habitantes. Elevada a distrito em 1947 e a município em 1951, desmembrada de Mandaguari.

O nome do município tem origem no fato de que os operários, na construção da cidade, cantavam a música *Maringá, Maringá*, dia e noite, enquanto trabalhavam. No Paraná é identificada como Cidade-Canção. Na placa da Rua Joubert de Carvalho está escrito: *Compositor da música que deu o nome à cidade*.

A Escola Municipal Maringá foi instalada em Curitiba em 1977.

## PÉROLA

12.11.1978

A área pertencia ao município de Xambrê e foi colonizada pela Companhia Byington de Colonização Ltda., de propriedade de Alberto Byington Júnior. A empresa dividiu o terreno em lotes rurais e urbanos formando um núcleo batizado com o nome da progenitora do proprietário da empresa, Pérola. A homenageada é **Pérola Ellis Byington** (\*1879+1963), nascida em Santa Bárbara d'Oeste (SP), bisavó da cantora Olívia Byington, mãe do jornalista Gregório Duvivier. Na capital paulista funciona desde 1930 o Hospital Pérola Byington, atualmente Centro de Referência da Saúde da Mulher, administrado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

## PRUDENTÓPOLIS

07.09.1929

Nos idos de 1882, o local chamado Vilinha ou Vila de São João do Rio Claro era passagem



dos viajantes que se dirigiam a Guarapuava. Em 1885, com a chegada de imigrantes poloneses e ucranianos, foi elevada à categoria de distrito, com o nome de São João do Capanema. Os moradores, para homenagear o primeiro presidente civil do Brasil, dr. Prudente de Moraes, passaram a chamá-la de Prudentópolis. Em 1905, foi desmembrada de Guarapuava e, em 1929, instalou-se a comarca. Considerado o município das *Cachoeiras Gigantes*.

**Prudente José de Moraes Barros** (\*1841+1902) nasceu em Itu (SP). Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, Turma 1862, foi deputado provincial no Império. Em 1891, senador da República, escolhido para presidir a Assembleia que redigiria a Primeira Constituição Republicana. Em 1894, foi o primeiro civil eleito pelo voto popular a ocupar o cargo de presidente da República. No seu governo enfrentou sérios conflitos armados, a Revolução Federalista, a Revolta dos Canudos, a Questão do Contestado, agindo com equilíbrio e tentando resolver os embates politicamente. Por tal atitude, recebeu a alcunha de o *Pacificador da República* e, também, a de *Prudente Demais*.

Em 1919, foi lançada a cédula de dinheiro com a efígie de Prudente José de Moraes Barros, primeiro presidente civil do Brasil, no valor de R2\$000 (dois mil réis), que circulou até 1950. No anverso, o Palácio Monroe.

## ROLÂNDIA

25.01.1949

Colonos alemães chegaram naquela região em 1932 e fundaram um núcleo com o nome de Caviúna (essa denominação permaneceu para identificar a estação ferroviária local até muitos anos depois). Em 1943, Caviúna foi elevada à categoria de distrito judiciário. Em 1947, passou a se chamar Rolândia, numa referência ao lendário guerreiro **Roland**, cujo lema era *Liberdade e Justiça*, ideal dos primeiros colonizadores, que pretendiam construir suas vidas num ambiente longe das perseguições políti-

cas, religiosas e raciais europeias. Na Alemanha medieval, estátuas do personagem foram erguidas em várias cidades para simbolizar tal propósito. A estátua do guerreiro foi doada a Rolândia pela cidade alemã de Bremen, com o propósito de estreitar a amizade entre as duas cidades. As câmaras municipais de Curitiba, São José dos Pinhais e Colombo deram o nome Rolândia a ruas dessas cidades.

## RIO BRANCO DO SUL

25.07.1960

O nome é em homenagem ao diplomata e chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco que, em 1895, resolveu a Questão de Palmas ou das Missões, delimitando as divisas paranaenses. Conduziu inúmeros tratados com quase todos os países vizinhos, consolidando as fronteiras do Brasil. Formulou e estabeleceu uma política diplomática brasileira sem submissão às grandes potências, mas com amizade e cooperação entre elas.

Rio Branco do Sul é comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Em 1771, era a povoação de Nossa Senhora do Amparo. Em 1831, após muitas instâncias ao governo provincial de São Paulo, houve a criação da freguesia de Votuverava, *montanha brilhante*, na língua indígena. Em 1871, já na condição de Vila de Nossa Senhora do Amparo de Votuverava ganhou foros de município. Em 1908, as lideranças municipais substituíram o nome para Vila Rio Branco. Somente em 1947, recebeu a denominação de Rio Branco do Sul, para diferenciá-la da homônima, Rio Branco, capital do então Território do Acre.

**José Maria da Silva Paranhos Júnior** (\*1845+1912). Professor, político, jornalista, historiador, apesar de monarquista foi, por unanimidade, escolhido chanceler em quatro governos da República, de 1902 a 1912. Cédulas e moedas brasileiras foram impressas com a efígie do Barão do Rio Branco, de 1913 até 2011 e vigentes na atualidade. As primeiras cédulas estampavam, no reverso (frente),

a imagem do Barão, ora num medalhão oval à esquerda, ora no centro da cédula ou em figura oposta e invertida, atendendo série e modelo. As variações ficaram por conta do anverso, imagens pictóricas e coloração específica. A primeira tela, *Armas da República*, sutil ironia ao monarquista, substituída por *Alegoria da Indústria e Comércio*, outra em 1940, autoria de Antônio Parreiras, *A Conquista do Amazonas* e, finalmente, a figura de um *Teodolito*, sobreposto às fronteiras demarcadas. Cunharam-se moedas no valor de 50 centavos a partir do ano de 1935. Em 2011, como parte das comemorações dos Quinhentos Anos do Brasil, foi concebida moeda única e original, mais espessa e, na borda, gravado o lema nacional *Ordem e Progresso*, no valor de cinquenta centavos. Patrono da Diplomacia Brasileira, nomina logradouros públicos, monumentos, estabelecimentos escolares em muitos recantos do Brasil. A frequência de sua imagem nas cédulas e moedas do dinheiro brasileiro, por mais de cem anos, acompanhando as alterações do sistema monetário nacional, de modelo, policromia, técnicas de impressão, representa a maior e perene homenagem a esse ilustre brasileiro.

## SENGÉS

25.01.1949

Em 1893 chegaram os primeiros colonizadores. A vila crescia por sua posição estratégica no chamado Caminho de Sorocaba. Em 1908, com a inauguração da estação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, recebeu a denominação de Sengés. Enormes florestas de araucárias cobriam a região. Foi o ciclo econômico da madeira, que antecedeu o do café. O distrito surgiu em 1915. Em 1926, teve sua denominação alterada para Jaguaricatu, nome do rio que banha a região. Os combatentes da Revolução de 30 ficaram muitos dias na região, ocupando as fazendas e utilizando a igreja presbiteriana como hospital para os feridos. Em 1934, foi elevado à categoria de município.

Sengés leva o nome do engenheiro do go-

verno federal **Alberto Gastón Sengés**, que fiscalizava aquele trecho da estrada de ferro. Há uma rua no bairro Barra da Tijuca (RJ), em sua homenagem.

## SIQUEIRA CAMPOS

08.11.1937

Em 1863, quinze famílias, oriundas de Minas Gerais, instalaram-se no local e construíram a Capela do Senhor Divino Espírito Santo da Colônia Mineira. O povoado, Colônia Mineira no município de Tomazina, cresceu e progrediu. Em 1909, com a morte do presidente Affonso Pena, a Câmara Municipal de Tomazina deu à colônia o nome de Penápolis. Por Decreto de 05.11.1930, o interventor do estado Mário Tourinho mudou o nome para Siqueira Campos, em homenagem ao heroico sobrevivente do Levante do Forte de Copacabana.

**Antônio de Siqueira Campos** (\*1898+1930) nasceu em Rio Claro (SP). Voluntário no Exército em 1915 e formado pela Escola Militar do Realengo. Em 1922, participou do episódio o Levante do Forte Copacabana, em repúdio à eleição do presidente da República Wenceslau Braz. Na ocasião, liderando a tropa, marchou em direção do Palácio do Catete, sendo impedido à bala pelas forças leais ao governo. O tenente Siqueira Campos foi o único sobrevivente e protagonizou o famoso episódio *Os 18 do Forte*. Mais tarde desertou, exilando-se no Uruguai. Participou da campanha da Coluna Miguel Costa-Prestes, percorrendo o Brasil do Sul ao Nordeste, no intuito de derrubar outro presidente, Arthur Bernardes. Faleceu em acidente aéreo no Uruguai, quando participava da marcha tenentista contra a chamada República Velha, em 1930.

Em sua homenagem o Parque Trianon, na capital paulista, recebeu seu nome e uma estátua, passando a ser designado Parque Tenente Siqueira Campos. O nome de Siqueira Campos foi dado à Praça do Relógio, em Belém (PA). Em Pouso Alegre (MG), há o Estádio Siqueira Campos. No Rio de Janeiro, a Rua Barroso foi





rebatizada e erigida uma estátua representando o Tenente Siqueira Campos, próxima à estação do metrô, com o mesmo nome. Em Porto Alegre (RS), há uma importante via pública e outra em Maceió (AL), denominadas Avenida Siqueira Campos.

## TEIXEIRA SOARES

27.01.1949

**João Teixeira Soares** (\*1848+1928) nasceu em Formiga (MG). Engenheiro, trabalhou na Estrada de Ferro Central do Brasil e no Canal de Macaé. Exerceu importantes cargos na administração pública, diretor da Estrada de Ferro de Goiás, da Estrada Leopoldina, da Paracatu, da Vitória-Minas, membro do conselho administrativo da *Chemins de Fer Bresiliens*, presidente do Lloyd Nacional. Em 1882 foi nomeado para dirigir a construção do trecho Curitiba-Paranaguá. Os primeiros moradores da povoação de Boa Vista, na região da Estrada da Mata, caminho dos tropeiros, sabedores da passagem da ferrovia, ofereceram terrenos de sua propriedade para a construção do prédio da estação, inaugurada em 1º de janeiro de 1900 com o povoado que recebeu o nome do engenheiro. Criado o distrito policial em 1909 e, em 26.03.1917, instalado o município de Teixeira Soares. Até os anos 70 o acesso rodoviário à cidade era precário, sendo o trem o transporte usual.

Ao engenheiro João Teixeira Soares, em pagamento pelo seu trabalho na administração pública, D. Pedro II concedeu-lhe, na construção da Ferrovia Itararé-Uruguaí, Porto-União a Irati, área de nove quilômetros, lado a lado à linha a ser construída. O documento referente ao imóvel foi assinado em 14 de novembro de 1889, na Monarquia, dia anterior à proclamação da República, motivo suficiente para invalidar o compromisso entre as partes. Diante disso, tal concessão foi transferida à Companhia União Industrial e depois para a Brazil Railway Company. Em 1930, João Rupp conseguiu a penhora desses bens na Justiça, indicando as Glebas Missões e Chopim para saldar tal dívida.

## TELÊMACO BORBA

28.01.1969

O território situado às margens do rio Tibagi era habitado por índios caingangues. Em 1700, os tropeiros fizeram ali uma invernada, pousa e descanso da tropa, com o nome de São Pedro de Alcântara. Em 1724, João Pereira Braga requereu a posse sobre os *Campos do Alegre*. Em 1808, a Câmara de Castro escolheu José Felix da Silva Passos para garantir a segurança daquelas terras. Em 1860, Telêmaco Borba foi nomeado administrador do Aldeamento de São Pedro de Alcântara. A região de florestas, com boa hidrografia, a partir de 1930 era ambicionada por grandes firmas, interessadas no potencial da região. Em 1933, a família Klabin adquiriu, em leilão, junto ao Banco do Estado do Paraná, a Fazenda Monte Alegre, então município de Tibagi. Entre 1933 e 1934, a empresa Klabin instalou serrarias, olarias e acomodação para seus funcionários, montando uma cidade em torno de um núcleo, inclusive um bonde aéreo. Atualmente, a Klabin é a maior produtora e exportadora de papéis do país, de celulose, de embalagens, além de comercializar madeira em toras. Em 1963, o município de Telêmaco Borba foi emancipado do município de Tibagi. O nome Telêmaco Borba foi o escolhido pela população, em plebiscito.

**Telêmaco Augusto Enéas Morosini Borba** (\*1840+1918), deputado provincial e primeiro prefeito de Tibagi. Político, sertanista, mistura de fidalgo e caboclo, federalista, aderiu à República, defendendo seus princípios. Autodidata e poliglota (português, espanhol, francês, italiano, caingangue), conviveu com os índios, aprendeu a língua, escreveu sobre costumes dos indígenas: *A Atualidade Indígena* e *Pequeno Vocabulário da Língua Kaincangue, Caingua e Xavante*. Publicou artigos na revista da Sociedade de Geografia de Lisboa. No governo provincial de Lamemha Lins (1875/77) participou de estudos para construção de uma ponte sobre os Saltos de Guairá, onde



nos tempos atuais, foi encontrada uma pedra com a inscrição: *T. Borba. 16/1/1876*. Elegeu-se, alternadamente, deputado provincial e prefeito de Tibagi, participando de todas as campanhas políticas da época. Em 1894, durante a Revolução Federalista, marchou ao lado dos maragatos. Exilou-se em Buenos Aires e, anistiado, retornou a Tibagi. Elegeu-se deputado estadual (1897 a 1918), prefeito da cidade por oito legislaturas e vice-presidente do Estado (1916 a 1918), na gestão Affonso Camargo. Sócio do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e Patrono da Cadeira N.10 da Academia Paranaense de Letras. Em testamento doou seu arquivo particular, acervo de cerâmica indígena, pedras, ao Museu Paranaense.

## **TOMAZINA**

03.05.1913

Natural de Itajubá (MG), **Joaquim Thomaz Pereira da Silva** (\*1808+1899), em 1865 adquiriu glebas de terras em torno do Rio das Cinzas, no Paraná. Em 1867, chegou à região, liderando grande comitiva, família e agregados, para se instalar em sua propriedade. Em 1878, o major Thomaz e sua mulher doaram a área para construção da capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Aparecida de Tomazina. Em 1882, o povoado foi elevado à categoria de freguesia, em seguida passou a vila e, em 1886, foi criado o município de Tomazina, desmembrado de

Wenceslau Braz. Em Tomazina nasceu Avelino Antônio Vieira, fundador e proprietário do Banco Bamerindus - Banco Mercantil Agrícola e Industrial do Paraná.

## **WENCESLAU BRAZ**

26.11.1935

**Wenceslau Braz** (\*1868+1966) nasceu em São Caetano da Vargem Grande (MG), atualmente Brazópolis. Advogado, político, deputado estadual, federal, secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, nono presidente do Brasil no período de 1914 a 1918, assinou a lei que definiu os limites entre o Paraná e Santa Catarina, ao final das lutas do Contestado, em 1916.

Em 1815, tiveram início as tratativas para a construção da estrada de ferro, o Ramal Paranapanema. O morador Joaquim Miranda, antevendo o progresso com a chegada dos trilhos, fixou sua residência próxima a São José da Boa Vista, no distrito São José do Cristianismo. Ali se instalou o acampamento da ferrovia. Em 1875, por lei provincial, o distrito foi encampado pelo vizinho, São José da Boa Vista, mais populoso. Em 1918, passou a se chamar Brazópolis, homenagem ao presidente da República e, em 1920, teve o nome alterado para Wenceslau Braz. Em Minas Gerais há cidade com nome idêntico e, em São Paulo, Presidente Wenceslau, homenageando o mais longevo presidente brasileiro. Curitiba, em 1976, inaugurou a Escola Municipal Wenceslau Braz.

### **Obras consultadas**

Memória da Rede Municipal de Ensino de Curitiba – Boletim Casa.  
História do Paraná - Romário Martins.  
Alma das Ruas. Vol.1 e 2- Maria Nicolas.  
Fórums do Paraná - Chloris Elaine Justen de Oliveira.  
Genealogia Paranaense – Francisco Negrão.  
História do Paraná - Grafipar.

Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná – Ermelino de Leão.  
A História da República Brasileira – Folha de São Paulo.  
Cédulas do Brasil – Cláudio Amato.  
Construtores do Brasil – 2010- Aldo Rebelo  
Bibliografia da Academia Paranaense de Letras – 1936/2016.



Museu da Justiça do Paraná.